

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob

31 de dezembro de 2020 e 2019

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2020 e 2019

Cenário Macroeconômico

O ano de 2020 foi marcado globalmente pelos impactos da pandemia de covid-19, em um evento sem precedentes na história econômica moderna e que teve implicações igualmente sem paralelo em termos de reflexos nas economias e no modo de vida das populações. A adoção de medidas fortemente restritivas, a fim de conter o avanço do contágio, provocou um temporário colapso conjunto das condições de oferta e demanda, resultando em quedas nunca antes observadas dos índices de atividade econômica em praticamente todos os países.

Ao longo do 2º semestre as economias mostraram uma recuperação parcial a partir dos momentos mais críticos, porém a segunda onda da pandemia em diversas regiões renovou os temores de reversão dessa retomada. No Brasil, a economia acompanhou a mesma tendência internacional, com as preocupações agravadas pela percepção de uma herança fiscal bastante crítica em um contexto político permanentemente turbulento.

Os principais indicadores nacionais de atividade econômica mostraram impactos da pandemia a partir de março, quando medidas de isolamento social começaram a ser tomadas. A partir de maio, os números mostraram uma tendência de recuperação, embora a retomada tenha ocorrido de forma heterogênea entre os setores.

Com base nos números divulgados até novembro, o segmento mais avançado na recuperação foi o comércio varejista, cujo nível das vendas medidas pela PMC-IBGE estava 7,3% acima do verificado em fevereiro. O consumo de bens foi beneficiado de duas formas durante este período atípico. De um lado, o auxílio emergencial do governo federal injetou R\$ 275 bilhões, até novembro, segundo dados do Tesouro Nacional, montante crucial para a sustentação do consumo, em especial das famílias mais fragilizadas e dos trabalhadores informais. De outro, a mudança de hábitos forçada pela pandemia levou as pessoas a dispenderem menos recursos com serviços, incluindo viagens, entretenimento e alimentação fora do domicílio, o que liberou renda para a aquisição de bens. Diante da recuperação observada nos últimos meses, o índice da Pesquisa Mensal de Comércio acumulou alta de 1,1% entre janeiro e novembro, na comparação com o mesmo período de 2019.

O setor industrial também tem mostrado uma dinâmica positiva nos últimos meses, tendo alcançado em novembro nível 2,6% acima de fevereiro (dados da PIM-IBGE). No acumulado do ano até novembro a produção industrial ainda apresenta recuo de 5,5%, reflexo da paralisa da produção ocorrida principalmente nos meses de abril e maio.

O setor de serviços manteve-se como o mais lento no processo, o que não surpreende diante dos impactos mais adversos sofridos por estas atividades – em novembro a PMS-IBGE mostrava o índice 3,2% abaixo de fevereiro. No acumulado entre janeiro e novembro, o volume de serviços apresentou recuo de 8,4% na comparação com o mesmo período de 2019.

Sendo um indicador geral da atividade econômica, o índice IBC-Br apresentou, em novembro, a sétima alta consecutiva na margem. Após recuar 15% nos meses de março e abril, que foram os mais críticos do ponto de vista do travamento da economia, o índice subiu 15,3% nos meses subsequentes. Com isso, o nível alcançado em novembro ficou apenas 1,9% abaixo do registrado em fevereiro. Já no acumulado do ano até novembro, o IBC-Br apresenta perda de 4,6% ante o mesmo período de 2019.

Até o 3T, o PIB brasileiro apresentou queda de 5,0% em comparação ao observado nos três primeiros trimestres de 2019. Vale destacar a forte volatilidade observada ao longo de 2020, reflexo direto dos impactos da pandemia. Considerando os dados na margem, o PIB teve quedas de 1,5% no 1T e de 9,6% no 2T, exibindo uma importante retomada no 3T, quando cresceu 7,7%. Entre os setores mensurados pelo lado da oferta, o pior desempenho foi observado no PIB de Serviços, com queda de 5,3%, seguido pela Indústria (-5,1%). O único setor a apresentar crescimento no acumulado até o 3T foi a Agropecuária, com alta de 2,6% no período.

Estima-se que a produção de grãos e fibras crescerá 4,1% em 2020, de acordo com levantamento de janeiro da Conab. O resultado do PIB Agro em 2020 deve confirmar esse desempenho positivo, com crescimento estimado de 2,1% em relação a 2019. A expansão de 6,3% da produção de soja foi o principal fator dinamizador, sobretudo no 1T e 2T do ano, com avanços de 4,0% e 2,4% na comparação com iguais período de 2019, respectivamente. Os setores do agronegócio foram beneficiados pela taxa de câmbio em níveis elevados em 2020, favorecendo as exportações do setor, que alcançaram cerca de US\$ 101 bilhões de acordo com dados compilados pelo Ministério da Agricultura (crescimento de 4,1% ante 2019), refletindo também o forte desempenho das vendas de café e açúcar no mercado internacional. A demanda externa favorável contribuiu para a capitalização dos produtores, sobretudo os de soja, incentivando maiores investimentos no setor.

O mercado de trabalho também apresentou oscilações acentuadas ao longo do ano. Tomando como base os dados da PNAD, que fornecem uma dimensão mais ampla do mercado de trabalho ao incluírem os informais, fica claro o quadro ainda anômalo do emprego. No trimestre encerrado em outubro, a taxa encontrava-se em 14,3%, abaixo do pico de 14,6% registrado no mês anterior, porém bem acima da mínima do ano, de 11,2% registrado em janeiro.

O mercado de crédito também foi fortemente impactado pelos desdobramentos da epidemia, porém com efeitos distintos de acordo com a finalidade das linhas. Os empréstimos direcionados para pessoas jurídicas ganharam um impulso expressivo, à luz da criação de linhas emergenciais de suporte às empresas. Com isso, no acumulado do ano até novembro, as concessões para PJ com recursos direcionados cresceram 107% em termos nominais, na comparação com o mesmo período de 2019, segundo dados divulgados pelo Banco Central. Ainda para PJ, as concessões com recursos livres cresceram apenas 6,5% até novembro. Por outro lado, as concessões para pessoas físicas com recursos livres sofreram um tombo expressivo nos meses de março e abril, retomando a tendência de alta desde então. Ainda assim, no acumulado até novembro há uma queda nominal de 2,0%. As concessões PF com recursos direcionados continuaram com dinâmica positiva, com alta de 20% até novembro – desempenho muito influenciado pelos empréstimos imobiliários.

A inadimplência apresentou tendência de alta nos primeiros meses da pandemia, mas reverteu a trajetória nos meses subsequentes. No caso dos empréstimos para pessoas físicas, a inadimplência alcançou uma máxima de 5,6% em maio (de 4,9% em janeiro), mas entrou em declínio nos meses seguintes até atingir 4,3% em novembro. Para pessoas jurídicas, a inadimplência alcançou a mínima histórica de 1,5% em outubro e novembro, após ter atingido um pico de 2,4% em abril e maio.

A inflação oficial, medida pelo IPCA, fechou o ano pressionada, com variação de 4,52%. Parte relevante da pressão observada no ano decorreu da alta dos preços de alimentos, em grande medida, ocasionada pela forte desvalorização cambial e aumento global do consumo destes itens, em virtude da pandemia.

Sob a perspectiva dos graves impactos econômicos da pandemia e de expectativas de inflação abaixo das metas traçadas, o Banco Central estendeu o processo de redução da taxa de juros, resultando no alcance do inédito patamar de 2% na reunião de agosto. A partir de então, a Selic permaneceu estabilizada neste patamar até o término de 2020, com o Copom reforçando que as condições atuais exigem um estímulo excepcionalmente elevado. No cenário internacional, as principais economias mostraram recuperação ao longo do segundo semestre, a partir de quedas sem precedentes nos níveis de atividade econômica provocadas pela pandemia. Na China, onde os impactos mais intensos ocorreram no 1T do ano, o PIB mostrou uma expansão surpreendente de 2,3% em 2020, sendo provavelmente a única economia relevante a apresentar crescimento ainda no ano passado. O mundo ocidental, enquanto isso, teve que lidar com a segunda onda da pandemia a partir do último trimestre do ano. Nos Estados Unidos, os dados mostraram uma forte recuperação no 3T, mas com sinais de perda de ritmo na parte final do 4T.

Consolidado Bancoob

Especializado no atendimento às cooperativas financeiras, o Bancoob disponibiliza produtos e serviços financeiros especializados em atender às demandas das cooperativas singulares. No ano de 2020, os principais indicadores do consolidado Bancoob apresentaram os seguintes avanços: expandiu seu resultado 25,15% em relação à 2019, alcançando o valor de R\$ 162,01 milhões; o saldo das operações de crédito e repasses interfinanceiros totalizaram R\$ 18,75 bilhões, representando aumento de 32,93% em relação ao ano anterior; outro expressivo crescimento apresentado no período foi em depósitos totais na ordem de 46,30%, atingindo o valor de R\$ 55,21 bilhões em 2020; e com destaque para os depósitos de poupança que totalizaram R\$ 9,90 bilhões, crescendo 52,16% em relação a 2019. Diante de um ano atípico, por ocasião da pandemia causada pelo coronavírus, essas evoluções demonstram a superação do cooperativismo de crédito frente ao cenário econômico adverso.

Neste ano, sublinhamos a atuação do Bancoob nas linhas emergenciais ofertadas para enfrentar os impactos econômicos e sociais provocados pela pandemia, são elas: Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE) e Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC), totalizando R\$ 2,47 bilhões repassados nessas linhas; além de promover ações de negociações sobre os contratos de crédito com a finalidade de possibilitar repactuações, prorrogações e renegociações. Com esse engajamento, o Bancoob proporcionou às cooperativas mais condições de responder aos desafios da conjuntura social e econômica do país.

A grande iniciativa estratégica realizada no ano de 2020 foi a integração das estruturas de governança corporativa do Bancoob e Sicoob Confederação, definidas como entidades de 3º grau do Sicoob. Com a unificação das estruturas foi instituída a Governança Única (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) com a finalidade de ampliar a agilidade, obter maior sinergia entre as áreas de tecnologia da informação, operações, negócios e áreas de apoio, e reduzir custos. O novo modelo de governança reforça o compromisso com as cooperativas da utilização cada vez mais racionalizada dos recursos.

No âmbito dos negócios, o ano registrou um desempenho positivo e surpreendente nos produtos e serviços comercializados. No financiamento do agronegócio, as liberações de crédito rural cresceram 29,5%, totalizando R\$ 10,4 bilhões, atendendo aos públicos familiar, médio e grande produtor. Em consórcios, foram produzidos R\$ 5,1 bilhões, crescimento de 40,6%, com destaque para os segmentos imóveis, veículos e motos. Em atenção ao

segmento empresarial, a cobrança bancária processou R\$ 129 bilhões em 177,2 milhões de boletos, crescimento em valor de 27,7%. No crédito consignado, foi contratado R\$ 1,3 bilhão, crescimento de 50,9%, com destaque para empréstimo a aposentados e pensionistas, com crescimento de 60% em relação a 2019.

Em especial, o portfólio foi agraciado com o lançamento da plataforma Coopera, o ecossistema de fidelidade do Sicoob. Atualmente está disponível para os cooperados e traz em seu arranjo três verticais de negócios: Programa de Pontos, Marketplace e Lojas Virtuais.

Performance

O Bancoob encerrou 2020 com ativos totais consolidados de R\$ 76,26 bilhões, aumento de 41,77% em relação a dezembro de 2019, destacando-se:

a. Instrumentos financeiros

Com montante consolidado de R\$ 37,13 bilhões em 2020, o que corresponde a aumento de aproximadamente 12,81% quando comparado a dezembro de 2019, destacam-se:

Títulos e valores mobiliários

Com montante consolidado de R\$ 17,49 bilhões em 2020, tem expressiva participação de títulos públicos federais (LFTs, LTNs e NTNs), o que equivale a aproximadamente 47,10% do total de instrumentos financeiros.

Aplicações em depósitos interfinanceiros

Com montante consolidado de R\$ 888,83 milhões em 2020, refere-se à aplicações em Certificado de Depósitos Interfinanceiros.

Repasses Interfinanceiros e operações de crédito

Com montante consolidado de R\$ 18,75 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 32,93% em relação a dezembro 2019. Na composição total destacam-se as linhas contratadas de crédito imobiliário, que apresentou expansão de 188,16%, e capital de giro, que expandiu 58,68%. Também apresentaram crescimento a Poupança Rural, Recursos Próprios, Recursos Obrigatórios, BNDES/Finame e FCO.

A carteira de crédito consignado (Crédito Consignado INSS e Tradicional) atingiu o valor de R\$ 1,33 bilhão, aumento de 50,38% em relação a dezembro de 2019.

b. Operações de cartões

O Bancoob, emissor de cartões do Sicoob e de outros sistemas cooperativos, encerrou o ano de 2020 com 7,96 milhões de plásticos, dos quais 3,15 milhões possuem limite implantado. A expansão da base de cartões junto aos outros sistemas contribuiu com aproximadamente 23% do faturamento total.

O volume de compras no ano foi de R\$ 48,9 bilhões, significando um crescimento de 28% em relação ao ano de 2019. Considerando apenas as transações realizadas na função crédito, o volume foi de R\$ 25,47 bilhões.

c. Operações de aquisição

A aquisição, na combinação das bases Sicoob e sistemas parceiros, registrou no ano de 2020 uma redução de 10% sobre a base de credenciamentos ativos da maquininha Sipag, na comparação com o mesmo período de 2019. Além da redução da base, os impactos causados pela Pandemia resultaram em um faturamento acumulado de R\$ 31,7 bilhões, o que representa uma redução de 4% em relação ao ano de 2019.

d. Depósitos

Os depósitos consolidados alcançaram, em 2020, o valor de R\$ 55,21 bilhões, um aumento de 46,30% em relação ao ano de 2019, demonstrando a confiança no Bancoob como gestor das disponibilidades de caixa do Sicoob e sistemas parceiros.

A Poupança Cooperada fechou o exercício somando R\$ 9,90 bilhões, um crescimento de 52,16% em relação ao ano de 2019.

e. Processamento de serviços

O Bancoob prestou serviços de custódia, microfilmagem, rastreamento de documentos e pesquisas em tempo real, entre outros. Além disso, compensou durante o ano de 2020 um total de 465.593.619 documentos, sendo 10,32% superior ao mesmo período do ano anterior.

f. Novos convênios

No ano de 2020, novos convênios corporativos de arrecadação de faturas/guias com código de barras e débito automático foram firmados, totalizando 53 parcerias. Dentre os novos convênios, destacamos a SAMAE Caxias do Sul RS, CERTEL RS, Prefeitura da cidade Fazenda Rio Grande PR, Prefeitura de Alvorada do Sul PR, EMASA Camboriú SC, Concessionária Águas de Bombinhas SC, Prefeitura de Arinos MG, Prefeitura de Ipatinga MG, Prefeitura de Itabira MG, Prefeitura de Bebedouro SP, Prefeitura de São José Campos SP, SAAE Mogi Mirim SP, SAEP Pirassununga SP, CONSIGAZ SP, PROPANGÁS SP, Prefeitura de Vila Velha ES, Prefeitura de Chapadão do Céu GO, SANEACEU GO, Prefeitura de Caldas Novas GO, Prefeitura de Bela Vista GO, Prefeitura de Juína MT, Concessionária Águas de Matupá MT e Concessionária Águas de Timon MA.

O portfólio de convênios está à disposição das cooperativas do Sicoob e dos demais sistemas cooperativos, além de instituições bancárias, sendo um dos mais representativos do Sistema Financeiro Nacional

Gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital

I. Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Bancoob, com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades. A alocação de recursos, a definição de responsabilidades e de processos e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos conferem maior transparência, eficácia e tempestividade às atividades.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

Os riscos considerados relevantes e que fazem parte do gerenciamento integrado de riscos são:

a) Financeiros: risco de crédito, risco de mercado, risco de variação das taxas de juros e risco de liquidez;

b) Não Financeiros: risco operacional, risco socioambiental, risco de imagem, risco de conformidade, risco de estratégia, risco de continuidade de negócios, risco de lavagem de dinheiro e risco cibernético.

O Bancoob adota mapa de interações entre riscos, publicado em manual específico, para indicar as correlações existentes entre os riscos considerados relevantes.

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos na Instituição.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

Visando otimizar a delegação e coordenação de tarefas essenciais ao gerenciamento de riscos, o Bancoob adota modelo de três linhas de defesa, com a seguinte caracterização:

a) 1ª linha: controles e gestão operacional aplicados pelas áreas que assumem riscos;

b) 2ª linha: áreas específicas para desempenho das atividades de controles internos, gerenciamento de riscos e conformidade, de forma unificada;

c) 3ª linha: avaliação independente da auditoria interna.

A cultura de riscos é disseminada por meio de processo estruturado, com base em treinamentos específicos. Informações sobre os níveis de apetite por riscos apresentados na Declaração de Appetite por Riscos (RAS), políticas, estratégias e processos relacionados ao gerenciamento integrado de riscos são disseminadas na Instituição.

O Programa de Testes de Estresse (PTE) está inserido no gerenciamento integrado de riscos do Bancoob e tem o objetivo de identificar impactos de eventos e circunstâncias adversas na Instituição ou em um portfólio, por meio de exercícios de testes de estresse de sensibilidade.

Para dar suporte a essa estrutura, o Bancoob dispõe de área especializada para gerenciamento de riscos, segregada das unidades de negócios e da unidade executora da atividade de auditoria interna, com o objetivo de assegurar, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na RAS.

Os órgãos de governança, comitês e a alta administração acompanham permanentemente as atividades e os indicadores de gerenciamento de riscos, de forma a garantir a eficiência e eficácia do modelo de controle.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para o gerenciamento de riscos.

O Comitê de Riscos (Coris) é responsável por apoiar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições. No nível executivo, o diretor para gerenciamento de riscos (CRO) é responsável pela atividade de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. Suas atividades são acompanhadas no âmbito do Comitê de Riscos.

A auditoria interna desempenha o papel de promover a avaliação independente das atividades, sistemas, modelos e procedimentos desenvolvidos na Instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos contro-

les, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares. Encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

a. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da incerteza de uma contraparte honrar seus compromissos. O gerenciamento do risco de crédito do Bancoob possui como diretriz a Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O Bancoob é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do seu conglomerado e fundação patrocinada, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o Bancoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando a manter a boa qualidade da carteira. O Bancoob realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
 - b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
 - c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
 - d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
 - e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
 - f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
 - g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
 - h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
 - i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
 - j) área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamentar necessário, bem como do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
 - k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
 - l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
 - m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
 - n) modelo para avaliar o impacto na provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como no capital regulamentar e índice de Basileia, em condição extrema de risco de crédito;
 - o) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.
- As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

b. Riscos de mercado e de variação das taxas de juros

O Bancoob aderiu à Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros do Bancoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros prevê:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) valor em risco (*Value at Risk – VaR*) da carteira de tesouraria;
 - a.2) Economic Value of Equity (EVE) e o Net Interest Income (NII);
 - a.3) descasamentos para avaliação de impacto na margem financeira;
 - a.4) limites máximos de riscos de mercado e de variação das taxas de juros;
 - a.5) aplicação de teste de estresse;
 - a.6) definição de planos de contingência;
 - b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros;
 - c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros.
- O Bancoob estrutura o gerenciamento do risco de mercado utilizando as boas práticas e modelos consolidados de avaliação. Para o cálculo do risco de mercado são utilizadas metodologias padronizadas de acordo com os fatores de risco para os instrumentos classificados na carteira de negociação.
- Para as parcelas de risco de mercado RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWAcum e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.
- O gerenciamento do risco de variação das taxas de juros para a carteira bancária (IRRBB) utiliza as boas práticas e modelos consolidados de avaliação. São adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse.
- As métricas adotadas para mensuração e controle do risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (IRRBB) são o Economic Value of Equity (EVE) e o Net Interest Income (NII), que medem, respectivamente, os impactos decorrentes da variação das taxas de juros no valor econômico do patrimônio e no resultado de intermediação financeira dos ativos e passivos mantidos pela Instituição, considerando a aplicação de choques internos paralelos de alta e baixa nas curvas de juros.
- Diariamente, são realizados testes de estresse, com o objetivo de aferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

c. Risco de liquidez

O Bancoob aderiu às seguintes políticas: Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez. Tais políticas preveem procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez do Bancoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez prevê:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) limite mínimo de liquidez;
 - a.2) fluxo de caixa projetado;
 - a.3) aplicação de cenários de estresse;
 - a.4) definição de planos de contingência;
 - b) realização de testes de avaliação dos sistemas de controle do risco de liquidez;
 - c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
 - d) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.
- No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos de identificação de riscos, de curto e longo prazo, considerando os possíveis impactos na liquidez do conglomerado Bancoob.
- São realizados testes de estresse trimestrais em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez da Instituição.
- Como mecanismo de controle para avaliação da efetividade do plano de contingência, trimestralmente, são testadas as principais medidas com o intuito de avaliar a capacidade de geração de liquidez.

d. Risco operacional e risco de imagem

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional do Sicoob, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação quantitativa e qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação tratamento documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

O gerenciamento de imagem é realizado por meio do monitoramento dos canais de comunicação institucionais (Ouvidoria, SAC), do Banco Central do Brasil (Sistema de Registro de Demandas do Cidadão - RDR) e

públicos (Reclame Aqui e redes sociais).

e. Risco socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Sicoob, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
 - b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
 - c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.
- As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica. O Banco não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

f. Risco de conformidade

As diretrizes para gerenciamento do risco de conformidade encontram-se registradas na Política de Conformidade, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O Bancoob possui funcionários dedicados exclusivamente à aplicação da política e dos procedimentos específicos. Atuam também como consultores com a missão de prestar as informações necessárias para que seja efetivamente implementado o processo de conformidade.

g. Risco de estratégia

O Bancoob desdobra a sua orientação estratégica de agregar fatores de competitividade às cooperativas do Sicoob, posicionando-se como ente sistêmico gestor.

- Pagamentos;
- Crédito;
- Administração de recursos de terceiros;
- Centralização financeira;
- Previdência;
- Seguros;
- Cartões;
- Adquirência;
- Consórcios;
- Digitalização;
- Investimentos;
- Câmbio e comércio exterior;
- Derivativos Agropecuários.

h. Risco de Continuidade de Negócios

As diretrizes encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios do Sicoob, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

i. Risco de Lavagem de Dinheiro

As diretrizes encontram-se registradas na Política Institucional de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT) tem como objetivo detectar, por meio de informações constantes do Sistema de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo comportamentos, situações e operações atípicas.

O processo de PLD/FT compreende as seguintes etapas:

- a) Monitorar;
- b) Selecionar;
- c) Registrar, analisar e diligenciar;
- d) Comunicar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf);
- e) Emitir relatórios gerenciais.

A prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo tem o objetivo de mitigar os riscos de ilícitos aplicados na estrutura do Sicoob e zelar pela imagem/reputação.

j. Risco Cibernético

As diretrizes para gerenciamento do risco cibernético encontram-se registradas na Política Institucional de Segurança Cibernética, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de risco cibernético se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) definição de diretrizes para a segurança do espaço cibernético relacionadas à capacidade do Bancoob de prevenir, detectar e reduzir a vulnerabilidade a incidentes relacionados com o ambiente cibernético;
- b) proteção das informações sob responsabilidade das empresas preservando a confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade;
- c) prevenção de eventuais interrupções, totais ou parciais, dos serviços de TI acessados pelas empresas e pelos clientes/cooperados e, no caso de ocorrência de interrupção, a redução dos impactos dela resultantes;
- d) tratamento e prevenção de incidentes de segurança cibernética;
- e) formação e qualificação dos recursos humanos necessários à área de segurança cibernética;
- f) promoção do intercâmbio de conhecimentos entre as demais instituições financeiras, órgãos e entidades públicas a respeito da segurança cibernética;
- g) estabelecimento de plano de ação e de resposta a incidentes, revisado anualmente;
- h) definição de diretrizes para a classificação das informações, mantidas em meio eletrônico ou físico, de acordo com os requisitos de proteção esperados em termos de sigilo, valor, requisitos legais, sensibilidade e necessidades do negócio, de modo que busquem assegurar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados.

II. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital do conglomerado Bancoob é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do conglomerado Bancoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual o conglomerado Bancoob aderiu formalmente por decisão do seu Conselho de Administração.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem ao conglomerado Bancoob identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos por suas instituições.

Dispõe de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos para o horizonte mínimo de três anos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

Patrimônio líquido e resultado do período

O patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2020 alcançou o montante de R\$ 2,04 bilhões, o que representa um crescimento de 5,78% em relação ao ano anterior.

No exercício, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 162,01 milhões, com retorno anualizado de 8,43% sobre o patrimônio líquido médio.

Agradecimentos

Agradecemos aos representantes das acionistas, pela confiança na Administração; ao Sicoob Confederação e às cooperativas centrais e singulares do Sicoob, pela cooperação no cumprimento dos objetivos sistêmicos; às entidades externas parceiras, por acreditarem nas soluções oferecidas pelo Conglomerado Bancoob e pela Fundação Sicoob Previ, e aos profissionais do Banco, das empresas controladas e da fundação patrocinada, pela incondicional dedicação.

A Administração

Balanço Patrimonial

31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Banco		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante e não circulante		76.269.420	53.776.026	76.264.539	53.796.347
Disponibilidades	4(a)	27.245.919	11.082.740	27.245.927	11.082.748
Depósitos compulsórios no Banco Central	7	1.518.597	1.281.858	1.518.597	1.281.858
Instrumentos financeiros	8	37.078.615	32.868.801	37.132.633	32.916.141
Títulos e Valores Mobiliários		17.436.512	18.006.620	17.490.529	18.053.959
Carteira própria		4.974.972	7.037.456	5.028.989	7.084.795
Títulos públicos		3.535.177	5.811.261	3.559.789	5.833.688
Títulos privados		1.388.529	1.175.628	1.388.882	1.176.878
Cotas de fundos de investimento		51.266	50.527	80.318	74.229
Vinculados a operações compromissadas		6.812.656	3.952.540	6.812.656	3.952.540
Títulos públicos		6.812.656	3.952.540	6.812.656	3.952.540
Vinculados a prestação de garantias		5.648.831	7.016.502	5.648.831	7.016.502
Títulos públicos		5.613.943	6.827.911	5.613.943	6.827.911
Títulos privados		34.888	188.591	34.888	188.591
Instrumentos financeiros derivativos		53	122	53	122
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6	888.827	754.033	888.827	754.033
Repasse interfinanceiros e operações de crédito		18.753.276	14.108.148	18.753.276	14.108.148
Repasse interfinanceiros	9(a)	11.883.497	8.961.086	11.883.497	8.961.086
Operações de crédito	9(a)	6.990.631	5.243.171	6.990.631	5.243.171
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9(g)	(120.852)	(96.109)	(120.852)	(96.109)
Outros ativos	22(a)	9.863.776	8.144.418	9.941.387	8.208.445
Transações de pagamento	22(a1)	9.476.361	7.797.261	9.516.182	7.836.577
Carteira de câmbio	22(a2)	187	8.060	187	8.060
Rendita a receber		14.558	15.554	21.556	21.019
Outros	22(a3)	444.775	377.283	475.567	396.530
(-) Provisões para outros ativos		(72.105)	(53.741)	(72.105)	(53.741)
Ativos fiscais diferidos	10	237.459	161.178	237.742	161.473
Investimentos em participações em coligadas e controladas	11	258.916	164.391	106.090	54.079
Controladas e coligadas		258.916	164.391	106.090	54.079
Imobilizado	12	64.661	70.941	73.849	82.961
Imobilizado de uso		110.643	110.002	136.332	134.924
(-) Depreciações acumuladas		(45.982)	(39.061)	(62.483)	(51.963)
Intangível	13	1.477	1.700	8.315	8.643
Direitos de uso de <i>software</i>		10.020	9.544	30.190	26.935
(-) Amortizações acumuladas		(8.543)	(7.844)	(21.875)	(18.292)
Total do ativo		76.269.420	53.776.026	76.264.539	53.796.347

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado

31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Banco				Consolidado	
		Exercícios		2º Semestre		Exercícios	
		2020	2019	2020	2019	2020	2019
Receitas da intermediação financeira		2.201.998	2.906.705	1.050.854	1.441.290	2.202.869	2.908.534
Operações de crédito	9(h)	1.086.740	1.093.184	552.003	561.901	1.086.740	1.093.184
Resultado com títulos e valores mobiliários	8(c)	1.084.582	1.763.933	487.234	854.307	1.085.453	1.765.763
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8(c)	(7.808)	(441)	(1.199)	(815)	(7.808)	(441)
Resultado de operações de câmbio	22(c)	9.042	2.623	1.423	1.669	9.042	2.623
Resultado das aplicações compulsórias		29.442	47.405	11.393	24.227	29.442	47.405
Despesas da intermediação financeira		(1.539.210)	(2.402.839)	(689.118)	(1.164.304)	(1.533.260)	(2.394.977)
Operações de captação no mercado	14(b)	(1.354.694)	(2.216.460)	(592.124)	(1.068.746)	(1.350.194)	(2.208.597)
Operações de empréstimos e repasses	17(b)	(127.203)	(114.026)	(69.058)	(56.830)	(127.203)	(114.026)
Provisão provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9(g)	(57.313)	(72.353)	(27.936)	(38.729)	(55.863)	(72.353)
Resultado bruto da intermediação financeira		662.788	503.864	361.736	276.986	669.609	513.557
Receitas Operacionais		1.378.645	1.444.064	708.997	725.280	1.618.732	1.643.698
Receitas de prestação de serviços	22(d)	976.305	1.059.138	503.668	532.654	1.243.464	1.271.292
Rendas de tarifas bancárias	22(d)	54	61	23	29	54	61
Resultado de participações em controladas e coligadas	11	71.367	41.844	37.482	17.407	35.258	24.057
Outras receitas operacionais	22(e)	330.919	343.021	167.824	175.189	339.956	348.288
Despesas Operacionais		(1.836.554)	(1.750.337)	(961.987)	(931.232)	(2.059.207)	(1.943.856)
Despesas de pessoal	22(f)	(143.986)	(132.908)	(74.380)	(69.795)	(220.729)	(198.311)
Despesas administrativas	22(g)	(269.626)	(265.701)	(147.826)	(144.748)	(444.569)	(300.388)
Despesas tributárias		(132.944)	(127.026)	(68.963)	(65.279)	(166.152)	(153.404)
Outras despesas operacionais	22(h)	(1.289.998)	(1.224.702)	(670.818)	(651.410)	(1.227.757)	(1.291.753)
Resultado operacional		204.879	197.591	108.746	71.034	229.134	213.399
Resultado não operacional	22(i)	3.876	(2.125)	(1.895)	(1.113)	3.854	(2.119)
Resultado antes da tributação e da participação no lucro		208.755	195.466	106.851	69.921	232.988	211.280
Imposto de renda e contribuição social	10	(34.794)	(54.756)	(29.193)	(16.351)	(56.193)	(67.559)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Banco		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante e não circulante		74.232.739	51.859.694	74.227.230	51.870.306
Passivos financeiros		66.138.506	45.024.326	65.807.227	44.879.132
Depósitos	14(a)	55.539.977	37.882.224	55.208.698	37.737.030
Obrigações por operações compromissadas	15	6.779.022	3.940.599	6.779.022	3.940.599
Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias, debentures e similares	16	52.376	111.639	52.376	111.639
Obrigações por empréstimos e repasses	17(a)	3.767.130	3.089.778	3.767.130	3.089.778
Instrumentos financeiros derivativos	18	1	86	1	86
Provisões		14.865	14.066	15.174	14.344
Provisões para contingências	19(a)	14.670	13.815	14.979	14.094
Provisões para garantias prestadas	19(b)	195	250	195	250
Outros passivos	22(b)	8.079.296	6.820.847	8.404.757	6.976.376
Transações de pagamentos	22(b1)	7.341.871	6.007.963	7.437.397	6.089.923
Obrigações sociais e estatutárias e pagamentos a liquidar		14.189	19.742	16.023	21.295
Obrigações fiscais e previdenciárias	22(b2)	100.167	139.886	128.815	159.317
Carteira de câmbio	22(b3)	187	8.070	187	8.070
Outros	22(b4)	622.882	645.186	822.335	697.771
Obrigações fiscais diferidas		72	454	72	454
Outras obrigações fiscais diferidas		72	454	72	454
Total do passivo		74.232.739	51.859.693	74.227.230	51.870.306
Patrimônio Líquido	20	2.036.681	1.916.333	2.037.309	1.926.041
Capital social		1.864.332	1.742.770	1.864.332	1.742.770
Reservas de capital		51	51	51	51
Reserva de lucros		218.378	172.831	218.378	172.831
Outros resultados abrangentes		(46.080)	681	(46.080)	681
Participação de acionistas não controladores		-	-	628	9.708
Total do passivo e do patrimônio líquido		76.269.420	53.776.026	76.264.539	53.796.347

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota	Banco				Consolidado	
		Exercícios		2º Semestre		Exercícios	
		2020	2019	2020	2019	2020	2019
Provisão para imposto de renda	10(e)	(40.960)	(69.906)	1.487	(31.781)	(55.067)	(78.292)
Provisão para contribuição social	10(e)	(32.342)	(44.148)	(372)	(20.947)	(39.621)	(48.568)
Ativo fiscal diferido	10(e)	38.508	59.297	(30.308)	36.377	38.495	59.301
Participação estatutárias no lucro		(12.929)	(12.749)	(7.988)	(7.430)	(14.781)	(14.272)
Resultado líquido		161.032	127.961	69.670	46.139	162.014	129.449
Quantidade e ações		1.003.744.529	943.870.276	1.003.744.529	943.870.276	1.003.744.529	943.870.276
Resultado líquido por ação		160,43	135,57	69,41	48,88	161,41	137,15
Resultado atribuível à controladora						161.032	127.961
Resultado atribuível aos acionistas não controladores						982	1.489
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.							
Demonstração do resultado abrangente							
31 de dezembro de 2020 e 2019							
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma							
	Nota	Banco				Consolidado	
		Exercícios		2º Semestre		Exercícios	
		2020	2019	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido		161.032	127.961	69.670	46.139	162.014	129.449
Outros resultados abrangentes							
Itens que serão reclassificados para o resultado		(46.761)	(678)	(40.736)	3.325	(46.761)	(678)
Ajustes de títulos e valores mobiliários		(84.917)	(1.130)	(74.066)	3.057	(84.917)	(1.130)
Efeitos tributários		38.156	452	33.330	268	38.156	452
Outros resultados abrangentes do semestre/exercício líquido de impostos		114.271	127.283	28.934	49.464	115.253	128.771
Resultado abrangente total do semestre/exercício		114.271	127.283	28.934	49.464	115.253	128.771
Lucro atribuível ao controlador		114.271	127.283	28.934	49.464	114.271	128.642
Lucro atribuível à participação dos não controladores						982	1.489
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.							

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Aumento de capital	(-) Capital a integralizar	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste a valor de mercado	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Atribuível à Controladora	Atribuível aos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		1.525.152	-	-	51	257.685	1.359	-	-	1.784.247	8.220	1.792.467
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.488	1.488
Itens que serão reclassificados para o resultado, líquidos de efeitos tributários		-	-	-	-	-	(678)	-	-	(678)	-	(678)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	(678)	-	-	(678)	1.488	810
Aumento de Capital		217.618	(217.618)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capital a Realizar		-	-	(217.618)	-	-	-	-	-	(217.618)	-	(217.618)
Integralização de Capital		-	217.618	217.618	-	-	-	-	-	435.236	-	435.236
Dividendos Propostos de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	(206.737)	-	-	-	(206.737)	-	(206.737)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	127.961	-	127.961	-	127.961
Destinações propostas:												
Reserva legal		-	-	-	-	6.398	-	(6.398)	-	-	-	-
Reserva de Lucros		-	-	-	-	115.485	-	(115.485)	-	-	-	-
Dividendos propostos	20(d)	-	-	-	-	-	-	(6.078)	-	(6.078)	-	(6.078)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.742.770	-	-	51	172.831	681	-	-	1.916.333	9.708	1.926.041
Mutações do exercício		217.618	-	-	-	(84.854)	-	-	-	132.764	-	132.764
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.742.770	-	-	51	172.831	681	-	-	1.916.333	9.708	1.926.041
Venda Participação		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.062)	(10.062)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	982	982
Itens que serão reclassificados para o resultado, líquidos de efeitos tributários		-	-	-	-	-	(46.761)	-	-	(46.761)	-	(46.761)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	(46.761)	-	-	(46.761)	982	(45.779)
Aumento de Capital		121.562	(217.618)	-	-	-	-	-	-	(96.056)	-	(96.056)
Capital a Realizar		-	-	(121.562)	-	-	-	-	-	(121.562)	-	(121.562)
Integralização de Capital		-	217.618	121.562	-	-	-	-	-	339.180	-	339.180
Dividendos Propostos de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	(115.485)	-	-	-	(115.485)	-	(115.485)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	161.032	-	161.032	-	161.032
Destinações propostas:												
Reserva legal		-	-	-	-	8.052	-	(8.052)	-	-	-	-
Reserva de Lucros		-	-	-	-	145.331	-	(145.331)	-	-	-	-
Dividendos propostos	20(d)	-	-	-	-	7.649	-	(7.649)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.864.332	-	-	51	218.378	(46.080)	-	-	2.036.681	628	2.037.309
Mutações do exercício		121.562	-	-	-	45.547	-	-	-	167.109	-	167.109
Saldos em 30 de junho de 2020		1.864.332	-	-	51	148.708	(5.344)	-	-	2.007.747	10.598	2.018.345
Venda Participação		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.062)	(10.062)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	92	92
Itens que serão reclassificados para o resultado, líquidos de efeitos tributários		-	-	-	-	-	(40.736)	-	-	(40.736)	-	(40.736)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	(40.736)	-	-	(40.736)	92	(40.644)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	69.670	-	69.670	-	69.670
Destinações propostas:												
Reserva legal		-	-	-	-	3.484	-	(3.484)	-	-	-	-
Reserva de Lucros		-	-	-	-	62.877	-	(62.877)	-	-	-	-
Dividendos propostos	20(d)	-	-	-	-	3.309	-	(3.309)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2020		1.864.332	-	-	51	218.378	(46.080)	-	-	2.036.681	628	2.037.309
Mutações do exercício		-	-	-	-	69.670	-	-	-	69.670	-	69.670

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Banco		Consolidado	
		Exercícios	2º Semestre	Exercícios	
		2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido ajustado	210.219	238.730	106.197	97.817	277.301
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	208.755	195.467	106.851	69.920	232.987
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	57.476	72.354	27.936	38.728	57.476
Depreciações e amortizações	8.577	8.170	4.314	4.159	15.119
Resultado de participações em controladas	(71.367)	(41.844)	(37.482)	(17.407)	(35.258)
Amortização de ágio de participação em controladas	4.763	2.157	3.473	1.174	4.763
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	2.015	2.426	1.105	1.243	2.215
Aumento (diminuição) das aplicações interfinanceiras de liquidez	(134.794)	708.885	(222.128)	346.045	(134.794)
Diminuição (aumento) de títulos e valores mobiliários	523.347	(5.806.247)	(637.854)	(4.270.730)	516.668
Aumento das relações interfinanceiras e interdependências	(2.256.099)	(89.218)	(2.609.692)	(216.055)	(2.256.616)
Aumento das operações de crédito	(1.773.362)	(1.096.691)	(1.021.060)	(467.422)	(1.773.362)
Aumento de outros créditos	(1.343.261)	(852.504)	(1.775.930)	(903.859)	(1.352.942)
Diminuição de outros valores e bens	228	7.624	5.083	3.149	192
Aumento de depósitos	17.657.753	2.153.468	5.224.832	2.631.568	17.483.103
Aumento das obrigações por operações compromissadas	2.838.423	651.895	2.946.300	(30.004)	2.838.423
Diminuição dos recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures	(59.263)	(108.885)	(9.522)	(123.096)	(59.263)
Aumento das obrigações por empréstimos e repasses	677.351	300.076	610.138	223.609	677.352
Diminuição de outras obrigações	(33.371)	(534.837)	(4.708)	(182.255)	101.730
Imposto de renda e contribuição social (pagos)	(114.035)	(94.738)	(114.035)	(94.738)	(117.392)
Varição nos resultados de exercícios futuros	(155)	83	(99)	40	(156)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	16.192.981	(4.522.359)	2.497.521	(2.985.931)	16.200.244
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de investimentos	(51.723)	-	(51.661)	-	(51.723)
Recebimento de dividendos coligadas-controladas	23.657	10.686	-	-	20.000
Alienação de imobilizado de uso	18	29	-	-	46
Aquisição de imobilizado	(1.615)	(4.533)	(105)	(1.544)	(2.469)
Aquisição de intangível	(476)	(308)	(6)	(130)	(3.255)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos	(30.139)	5.874	(51.772)	(1.674)	(37.401)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento de capital social	121.562	217.618	-	-	121.562
Pagamento de Dividendos	(121.225)	(217.426)	-	-	(121.225)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	337	192	-	-	337
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	4	16.163.179	(4.516.293)	2.445.749	(2.987.605)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	11.082.740	15.599.032	24.800.170	14.070.344	11.082.747
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	27.245.919	11.082.739	27.245.919	11.082.739	27.245.927

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

O Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob (“Bancoob”, “Instituição” ou “Banco”), companhia de capital fechado, localizado no endereço SIG quadra 06 lote 2080, Brasília – DF, foi constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional (“CMN”). Seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil (“Banco Central” ou “BC”) em 21 de julho de 1997 e suas atividades foram iniciadas em 1º de setembro de 1997. Em 29 de março de 2016, o Banco Central autorizou o Bancoob a atuar também na carteira de crédito imobiliário, cujo início ocorreu em 1º de abril de 2016 e, assim, o Bancoob passou a ser um banco cooperativo múltiplo. O Bancoob foi criado para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. É controlado por cooperativas centrais, que, em conjunto com as cooperativas singulares, formam o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (“Sicoob”).

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas (“demonstrações contábeis”) são de responsabilidade da Administração e estão sendo apresentadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das S.As., associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. O Bancoob atende aos dispostos nas Resoluções CMN 4.720/2019 e BCB 2/2020.

A Resolução BCB 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Contábeis a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2020. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidência em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem, além dos saldos contábeis do Banco, os do Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Ponta Administradora de Consórcios Ltda., Cabal Brasil Ltda. e Bancoob Participações em Seguridade S.A. Foram eliminadas as participações societárias, os saldos a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre controladas e controlador.

A Diretoria colegiada do Bancoob submeteu ao Conselho de Administração que aprovou essas demonstrações contábeis em 09 de fevereiro de 2021.

Nota 3 – Resumo das principais práticas contábeis

a. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a avaliação do valor de recuperação do imobilizado e do intangível, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a estimativa de realização dos créditos tributários, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e cível e a valorização de títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Bancoob revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime contábil de competência.

c. Moeda estrangeira

Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Estes recursos são utilizados pelo Bancoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 4).

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez e obrigações por operações compromissadas

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação/captação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Importante destacar que se trata de operações lastreadas em títulos públicos federais e privados.

f. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, definidos pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. Títulos para negociação - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

ii. Títulos disponíveis para venda - Títulos e valores mobiliários que não são classificados como “títulos para negociação” nem como “mantidos até o vencimento”. Esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado do ajuste, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado.

iii. Títulos mantidos até o vencimento - Títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção de serem mantidos até o vencimento, baseado em estudos de capacidade financeira, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

A metodologia de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata* dia com observância do regime de competência pelo método exponencial ou linear, com base nas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando da alienação dos títulos disponíveis para venda, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

g. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, em atendimento à Circular nº 3.082/02 do Banco Central, são avaliados pelo valor de mercado no mínimo por ocasião dos balancetes mensais e dos balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas diretamente em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros derivativos.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

h. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é determinada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a análise e a classificação do tomador e da operação e observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

É fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto, (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de *ratings* (classificação de risco) de crédito, bem como, considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base em experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisão.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas no resultado após o seu efetivo recebimento.

A operação classificada como de risco nível “H” é transferida para a conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, somente decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. A operação renegociada é mantida no mínimo no mesmo nível de risco em que estava classificada antes da renegociação e aquela que estava anteriormente registrada como prejuízo passa a ser classificada como de risco nível “H”. Somente é realizada a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança da classificação de risco. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 9g.

i. Investimentos

Os investimentos são registrados pelo custo de aquisição, sendo as participações societárias em controladas e coligadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

j. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, observadas as seguintes taxas anuais, baseada na estimativa de vida útil: imóveis de uso – 4,70%, equipamentos de uso - 10%, veículos e processamento de dados - 20%.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável.

k. Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem *softwares* adquiridos de terceiros e são amortizados de uma taxa anual de 20%. Também é objeto de avaliação anual sobre redução ao valor recuperável.

l. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

m. Depósitos e captações no mercado

Os recursos provenientes de depósitos estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, *pro rata* dia.

n. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis que incluem encargos e variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, quando aplicável.

o. Plano de Previdência

O plano de previdência instituído pelo Bancoob possui a característica de contribuição definida e as contribuições mensais são reconhecidas como despesa no resultado do período.

p. Imposto de renda, contribuição social e crédito tributário

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 15% até fevereiro e 20% a partir de março (conforme previsão legal da Emenda Constitucional nº 103/19), tendo por base de cálculo o lucro real na forma dos dispositivos legais vigentes.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados com base nas mesmas alíquotas descritas acima. Ambos os créditos tributários são reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução CMN nº 3.059/02. A referida expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração, atualizado semestralmente.

q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do Bancoob ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Ativos e Passivos Contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/09, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

• **Ativos Contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

• **Causas Judiciais** - São reconhecidos contabilmente, baseados na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas, quando individualmente relevantes.

• **Obrigações Legais** - São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais o Bancoob tem por diretriz reconhecê-las contabilmente.

r. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

s. Pronunciamentos técnicos contábeis – CPCs

O Conselho Monetário Nacional aprovou a adoção dos seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC. Os pronunciamentos aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central estão contemplados nas demonstrações contábeis:

- CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico - aprovado pela Resolução CMN 4.144/2012;
- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - aprovado pela Resolução CMN 3.566/2008;
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa - aprovado pela Resolução CMN 4.720/2019;
- CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - aprovado pela Resolução CMN 4.636/2018;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - aprovado pela Resolução CMN 3.989/2011;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - aprovado pela Resolução CMN 4.007/2011;
- CPC 24 - Evento subsequente - aprovado pela Resolução CMN 3.973/2011;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - aprovado pela Resolução CMN 3.823/2009;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - aprovado pela Resolução CMN 4.424/2015; e
- CPC 46 - Mensuração do valor justo - aprovado pela Resolução CMN 4.748/2019.

Os demais Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC serão aplicados quando aprovada a adoção pelo Conselho Monetário Nacional. No entanto, os seguintes CPCs foram adotados parcialmente pelo CMN por meio da emissão das seguintes normas:

- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN 4.524/2016;
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN 4.534/2016; e
- CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN 4.535/2016.

Nota 4 – Composição do caixa e equivalentes de caixa

a. Composição

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Caixa	Nota	Banco		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	5	32.044	17.383	32.052	17.391
Moeda nacional		322	365	328	370
Depósitos bancários		-	-	2	3
Reservas livres		268	124	268	124
Moeda estrangeira		31.454	16.894	31.454	16.894
Equivalentes de caixa					
Aplicações interfinanceiras de liquidez (até 90 dias)	6	27.213.875	11.065.357	27.213.875	11.065.357
Total		27.245.919	11.082.740	27.245.927	11.082.748

Nota 5 – Disponibilidades

Moeda nacional	Nota	Banco		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos bancários		-	-	2	3
Reservas livres		268	124	268	124
Moeda estrangeira		31.454	16.894	31.454	16.894
Total		32.044	17.383	32.052	17.391

Nota 6 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Composição das aplicações interfinanceiras de liquidez

Aplicações em depósitos interfinanceiros	Nota	Banco e Consolidado				Total 31/12/2020	Total 31/12/2019
		Vencimento					
		Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses		
Revendas a liquidar – posição bancada	27.213.875	-	-	-	-	27.213.875	11.065.357
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	10.243	180.889	697.695	888.827	754.033
Total		27.213.875	10.243	180.889	697.695	28.102.702	11.819.390

Circulante	28.102.702	11.819.390
Não Circulante	-	-

b. Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações de títulos e valores mobiliários.

Rendas de Aplicações em Operações Compromissadas	Banco e Consolidado			
	Exercícios		2º Semestre	
	2020	2019	2020	2019
Posição Bancada	578.588	851.548	299.904	409.771
Posição Financiada	11.314	35.447	11.314	6
Subtotal	589.902	886.995	311.218	409.777
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	23.026	64.509	8.938	20.432
Total	612.928	951.504	320.156	430.209

Nota 7 – Depósitos compulsórios no Banco Central

	Banco e Consolidado		
	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Bacen – Pagamentos Instantâneos		91.729	-
Bacen - Reservas Compulsórias em espécie		6.661	5.597
Bacen - Recolhimentos obrigatórios		1.420.207	1.276.261
Total		1.518.597	1.281.858
Circulante		1.518.597	1.281.858
Não Circulante		-	-

Nota 8 – Instrumentos financeiros

a. Títulos e valores mobiliários

Estão classificados como “títulos para negociação”, “Disponíveis para venda” e “Títulos mantidos até o vencimento”. A apuração do valor de mercado foi realizada considerando-se os seguintes parâmetros:

i. Títulos públicos federais (LTNs, LFTs, NTNs) - é usada a taxa indicativa publicada pela ANBIMA.

ii. Fundos de investimento - utiliza-se o valor da última cota subordinada informada pelo admini: trador do fundo, que representa o valor justo do patrimônio do fundo.

iii. Títulos privados - Os títulos privados são marcados a mercado, periodicamente, por metodolo :ia própria que considera em primeiro lugar, os preços disponíveis em mercados líquidos. Alternativamente, calculam-s: os valores justos por meio de método que considera os *spreads* médios (para títulos privados semelhantes) praticados i a própria carteira, de acordo com o porte do emitente.

Os títulos e valores mobiliários, incluindo os instrumentos financeiros derivativos e as aplicaçõ s interfinanceiras de liquidez, são custodiados na [B]³ Brasil Bolsa Balcão e no SELIC, exceto cotas de fundos de investimento cujos registros

são mantidos pelos respectivos administradores.

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estavam distribuídos da seguinte forma

Banco	Nota	Vencimento						Total 31/12/2020			Total 31/12/2019		
		Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado
I – Títulos disponíveis para venda	51.266	125.278	1.216.605	337.013	742.233	12.313.576	14.869.752	14.785.971	(83.781)	17.989.948	17.991.083	1.135	
Carteira Própria													
LFT	-	-	141.506	-	-	2.986.391	3.155.961	3.127.897	(28.064)	5.805.208	5.805.471	263	
Fundos	51.266	-	-	-	-	-	51.266	51.266	-	50.567	50.567	-	
LF	-	125.278	71.603	337.013	442.288	225.665	1.203.903	1.201.847	(2.056)	1.165.889	1.166.003	114	
Total	51.266	125.278	213.109	337.013	442.288	3.212.056	4.411.130	4.381.010	(30.120)	7.021.664	7.022.041	377	
Carteira vinculada à recompra													
LFT	-	-	-	-	82.553	4.673.577	4.790.462	4.756.130	(34.332)	3.952.246	3.952.540	294	
Total	-	-	-	-	82.553	4.673.577	4.790.462	4.756.130	(34.332)	3.952.246	3.952.540	294	
Carteira vinculada a garantias													
LF	-	-	-	-	34.888	-	34.913	34.888	(25)	188.639	188.591	(48)	
LFT	-	-	1.003.496	-	182.504	4.427.943	5.633.247	5.613.943	(19.304)	6.827.399	6.827.911	512	
Total	-	-	1.003.496	-	217.392	4.427.943	5.668.160	5.648.831	(19.329)	7.016.038	7.016.502	464	
II – Títulos para negociação	654	-	-	-	-	-	656	654	(2)	13.137	15.537	(600)	
Carteira própria													
CPR	601	-	-	-	-	-	603	601	(2)	10.225	9.625	(600)	
LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.790	5.790	-	
Total	601	-	-	-	-	-	603	601	(2)	13.015	15.415	(600)	
Instrumentos													
Financeiros													
Derivativos													
Futuro – CPR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5	-	
Futuro – Câmbio	53	-	-	-	-	-	53	53	-	117	117	-	
Total	53	-	-	-	-	-	53	53	-	122	122	-	
III – Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	-	24.237	2.625.650	2.658.635	2.649.887	(8.748)	-	-	-	
Carteira própria													
LFT	-	-	-	-	-	407.280	407.280	407.280	-	-	-	-	
CPRF – PÓS	-	-	-	-	7.656	118.377	126.033	126.033	-	-	-	-	
CPRF – PRÉ	-	-	-	-	16.581	43.467	68.796	60.048	(8.748)	-	-	-	
Total	-	-	-	-	24.237	569.124	602.109	593.361	(8.748)	-	-	-	
Carteira vinculada à recompra													
LFT	-	-	-	-	-	2.056.526	2.056.526	2.056.526	-	-	-	-	
Total	-	-	-	-	-	2.056.526	2.056.526	2.056.526	-	-	-	-	
Total - TVM	51.920	125.278	1.216.605	337.013	766.470	14.939.226	17.529.043	17.436.512	(92.531)	18.006.620	18.006.620	535	
Circulante													
Não Circulante													

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estavam distribuídos da seguinte forma

Consolidado	Nota	Vencimento						Total 31/12/2020			Total 31/12/2019		
		Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado
I – Títulos disponíveis para venda	80.318	125.278	1.216.605	337.013	742.911	12.337.863	14.923.769	14.839.988	(83.781)	18.037.287	18.038.422	1.135	
Carteira Própria													
LFT	-	-	141.506	-	678	3.010.325	3.180.573	3.152.509	(28.064)	5.827.634	5.827.897	263	
CDB	-	-	-	-	-	353	353	353	-	1.251	1.251	-	
Fundos	80.318	-	-	-	-	-	80.318	80.318	-	74.229	74.229	-	
LF	-	125.278	71.603	337.013	442.288	225.665	1.203.903	1.201.847	(2.056)	1.165.889	1.166.003	114	
Total	80.318	125.278	213.109	337.013	442.966	3.236.343	4.465.147	4.435.027	(30.120)	7.069.003	7.069.380	377	
Carteira vinculada à recompra													
LFT	-	-	-	-	82.553	4.673.577	4.790.462	4.756.130	(34.332)	3.952.246	3.952.540	294	
Total	-	-	-	-	82.553	4.673.577	4.790.462	4.756.130	(34.332)	3.952.246	3.952.540	294	
Carteira vinculada a garantias													
LF	-	-	-	-	34.888	-	34.913	34.888	(25)	188.639	188.591	(48)	
LFT	-	-	1.003.496	-	182.504	4.427.943	5.633.247	5.613.943	(19.304)	6.827.399	6.827.911	512	
Total	-	-	1.003.496	-	217.392	4.427.943	5.668.160	5.648.831	(19.329)	7.016.038	7.016.502	464	
II – Títulos para negociação	654	-	-	-	-	-	656	654	(2)	16.137	15.537	(600)	
Carteira própria													
CPR	601	-	-	-	-	-	603	601	(2)	10.225	9.625	(600)	
LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.790	5.790	-	
Total	601	-	-	-	-	-	603	601	(2)	16.015	15.415	(600)	
Instrumentos													
Financeiros													
Derivativos													
Futuro – CPR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5	-	
Futuro – Câmbio	53	-	-	-	-	-	53	53	-	117	117	-	
Total	53	-	-	-	-	-	53	53	-	122	122	-	
III – Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	-	24.237	2.625.650	2.658.635	2.649.887	(8.748)	-	-	-	
Carteira própria													
LFT	-	-	-	-	-	407.280	407.280	407.280	-	-	-	-	
CPRF – PÓS	-	-	-	-	7.656	118.377	126.033	126.033	-	-	-	-	
CPRF – PRÉ	-	-	-	-	16.581	43.467	68.796	60.048	(8.748)	-	-	-	
Total	-	-	-	-	24.237	569.124	602.109	593.361	(8.748)	-	-	-	
Carteira vinculada à recompra													
LFT	-	-	-	-	-	2.056.526	2.056.526	2.056.526	-	-	-	-	
Total	-	-	-	-	-	2.056.526	2.056.526	2.056.526	-	-	-	-	
Total - TVM	80.972	125.278	1.216.605	337.013	767.148	14.963.513	17.583.060	17.490.529	(92.531)	18.053.424	18.053.959	535	
Circulante													
Não Circulante													

b. Composição de Títulos e Valores Mobiliários

	Nota	Banco		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Valor de mercado dos títulos disponíveis para venda		14.785.971	17.991.083	14.785.971	18.038.422
Valor de mercado dos títulos disponíveis para negociação		601	15.415	601	15.415
Valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento		2.649.887	-	2.649.887	-
Total		17.436.459	18.006.498	17.436.459	18.053.837

No exercício não ocorreram reclassificações de títulos entre as categorias.

Em 31 de dezembro de 2020, o Bancoob possuía títulos vinculados à prestação de garantias no valor de R\$ 5.648.831 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 7.016.502), sendo principalmente:

- (a) R\$ 1.891.950 (31/12/2019 – R\$ 4.132.923) referentes a valores fornecidos em garantia de caução de recursos de crédito.
(b) R\$ 3.692.745 (31/12/2019 – R\$ 2.826.956) referentes a valores requeridos como garantia das operações de cartões

c. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos

	Nota	Banco				Consolidado	
		Exercícios 2020	Exercícios 2019	2º Semestre 2020	2º Semestre 2019	Exercícios 2020	Exercícios 2019
Rendas com Títulos de Renda Fixa		469.287	806.433	165.443	421.426	470.007	807.683
Rendas de Aplicações de Fundos de Investimentos		11.045	9.396	4.310	4.744	11.230	10.888
TVM – Ajuste Positivo ao Valor de Mercado		46	1	159	1	46	1
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6(b)	612.928	951.504	320.156	430.209	612.928	951.504
Resultado de Operações com Derivativos	(7.808)	9.231	(1.199)	8.857	(7.808)	9.231	

d2. Repasses interfinanceiros, operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito em curso anormal

Parcelas vencidas	Banco e Consolidado									31/12/2020	31/12/2019
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H		
01 a 30 dias	26	7.862	23.091	11.762	6.163	1.139	234	153	365	50.795	47.534
31 a 60 dias	-	-	74	6.083	1.532	392	123	119	328	8.651	13.713
61 a 90 dias	-	-	-	94	2.943	235	95	83	270	3.720	4.545
91 a 180 dias	-	-	-	23	99	172	177	279	778	1.528	1.446
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	50	122	191	1.388	1.751	1.196
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	277	277	139
Total	26	7.862	23.165	17.962	10.737	1.988	751	825	3.406	66.722	68.573
Parcelas vincendas											
01 a 30 dias	-	171	354	327	169	132	105	86	269	1.613	1.658
31 a 60 dias	-	123	274	330	180	133	120	116	289	1.565	1.335
61 a 90 dias	-	130	273	303	175	122	124	88	275	1.490	1.488
91 a 180 dias	-	370	769	864	514	364	323	259	785	4.248	4.091
181 a 360 dias	-	735	1.465	1.699	983	670	617	524	1.409	8.102	8.236
Acima de 360	-	5.181	8.575	8.393	4.519	3.361	3.052	2.130	4.923	40.134	38.859
Total	-	6.710	11.710	11.916	6.540	4.782	4.341	3.203	7.950	57.152	55.667
Total	26	14.572	34.875	29.878	17.277	6.770	5.092	4.028	11.356	123.874	124.240

e. Composição da carteira por setor de atividade e prazo de vencimento

Vencidas	Banco e Consolidado							Total	Total
	A vencer								
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos			
Rural	-	113.962	380.711	863.841	688.431	806.712	-	2.853.657	2.411.736
Intermediários financeiros	-	937.354	6.340.901	3.350.699	747.248	507.295	-	11.883.497	8.961.087
Pessoas físicas	31.015	837.985	4.026.082	705.372	391.615	261.444	88.123	6.341.636	2.579.148
Outros serviços	14.568	401.419	2.043.659	728.527	290.730	51.422	1.599	3.531.924	4.610.043
Habitação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	45.583	2.290.720	12.791.351	5.648.439	2.118.024	1.626.873	89.722	24.610.714	18.562.014

f. Concentração dos repasses interfinanceiros, operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito

f1. Concentração dos repasses interfinanceiros

	Banco e Consolidado			
	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	4.118.766	34,66	2.964.826	37,76
50 maiores seguintes	4.641.710	39,05	3.808.981	39,51
100 devedores seguintes	2.668.875	22,46	2.046.135	21,15
Demais	454.146	3,83	141.144	1,58
Total	11.883.497	100,00	8.961.086	100,00

f2. Concentração das operações de crédito

	Banco e Consolidado			
	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	531.506	7,60	492.301	9,39
50 maiores seguintes	572.516	8,19	319.318	6,09
100 devedores seguintes	335.274	4,80	220.063	4,20
Demais	5.551.337	79,41	4.211.489	80,32
Total	6.990.631	100,00	5.243.171	100,00

f3. Concentração das operações – outros créditos com característica de concessão de crédito

	Banco e Consolidado			
	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	6.129	0,11	5.533	0,13
50 maiores seguintes	15.128	0,26	12.661	0,29
100 devedores seguintes	18.462	0,32	15.081	0,35
Demais	5.696.867	99,31	4.324.482	99,23
Total	5.736.586	100,00	4.357.757	100,00

g. Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

g1. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - repasses interfinanceiros e operações de crédito

	Banco e Consolidado			
	Exercícios		2º Semestre	
	2020	2019	2020	2019
Saldo no início do período	96.109	58.304	121.295	78.387
Constituição/(reversão) perdas esperadas associadas ao risco de crédito – Repasses Interfinanceiros	(6.830)	2.192	(3.833)	1.215
Constituição/(reversão) perdas esperadas associadas ao risco de crédito – operações de crédito	45.835	45.048	9.797	21.986
Operações de crédito baixadas para prejuízo	(14.262)	(9.435)	(6.407)	(5.479)
Saldo no final do período	120.852	96.109	120.852	96.109

Os créditos renegociados no exercício de 2020 totalizaram R\$ 231,7 (31/12/2019 - R\$ 20,7) e decorrem de operações de Crédito Consignado, Crédito Rural e Empréstimos, que correspondem a contratos renegociados por força normativa e por inadimplência. Destacamos que o valor de R\$ 53,2 refere-se às renegociações de Crédito Consignado, o valor de R\$ 85,5 corresponde às operações de Crédito Rural que foram renegociadas pelas Resoluções nº 4.782/2020 e 4.801/2020 devido pandemia provocada pela Covid-19 e o valor de R\$ 92,9 decorre das operações de Crédito Rural que foram renegociadas por força de normas emitidas pelo CNM.

A recuperação de créditos baixados como prejuízo no exercício de 2020 totalizou R\$ 2.927 (31/12/2019 - R\$ 2.127).

g2. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – outros créditos com característica de concessão de crédito

	Banco e Consolidado			
	Exercícios		2º Semestre	
	2020	2019	2020	2019
Saldo no início do período	51.967	26.868	50.598	35.689
Constituição/(reversão) de perdas esperadas associadas ao risco de crédito	19.475	25.099	20.844	16.278
Saldo no final do período	71.442	51.967	71.442	51.967

h. Receitas de repasses interfinanceiros e operações de crédito

	Banco e Consolidado			
	Exercícios		2º Semestre	
	2020	2019	2020	2019
Rendas de repasses interfinanceiros	590.092	631.322	295.795	325.255
Empréstimos e títulos descontados	257.892	250.628	126.827	129.374
Financiamentos	72.981	71.808	42.615	35.511
Financiamentos rurais e agroindustriais	153.055	133.598	78.714	68.567
Rendas de financiamentos habitacionais	9.793	3.701	6.100	2.251
Subtotal	1.083.813	1.091.057	550.051	560.958
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.927	2.127	1.952	943
Saldo no final do semestre	1.086.740	1.093.184	552.003	561.901

Nota 10 – Créditos tributários, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido

a. Composição dos créditos tributários

Composição	31/12/2020				31/12/2019			
	Banco		Consolidado		Banco		Consolidado	
	Imposto de renda	Contribuição social						
Perdas para créditos de liquidação duvidosa	198.301	198.301	198.301	198.301	154.524	154.524	154.524	154.524
Passivos cíveis e trabalhistas	14.670	14.670	14.670	14.670	13.815	13.815	13.815	13.815
Ajuste a valor de mercado (TVM)	83.782	83.782	83.782	83.782	815	815	815	815
Participação nos resultados	13.106	13.106	13.301	13.301	12.733	12.733	13.008	13.008
Comissão programa de aceleração SIPAG	4.009	4.009	4.009	4.009	2.759	2.759	2.759	2.759
FGTS 50% - diretoria	1.608	1.608	2.096	2.096	1.551	1.551	1.966	1.966
Provisões campanha nacional de vendas	29.582	29.582	29.582	29.582	20.943	20.943	20.943	20.943
Programa de Incentivo - Crédito	102.702	102.702	102.702	102.702	59.813	59.813	59.813	59.813
Bonificação cartão	5.345	5.345	5.345	5.345	127.791	127.791	127.791	127.791
Honorários advocáticos	1.518	1.518	1.518	1.518	1.518	1.518	1.518	1.518
Outras provisões	73.063	73.063	73.086	73.086	6.681	6.681	6.730	6.730
Montante	527.686	527.686	528.392	528.392	402.943	402.943	403.682	403.682
Alíquotas	25%	20%	25%	20%/15%	25%	15%	25%	15%
Créditos tributários constituídos	131.922	105.537	132.098	105.644	100.736	60.441	100.921	60.552

b. Movimentação

Composição	31/12/2020				31/12/2019			
	Banco		Consolidado		Banco		Consolidado	
	Imposto de renda	Contribuição social						
Saldo em 31 de dezembro								
Crédito tributário (ativo)	100.736	60.441	100.921	60.552	63.569	38.141	63.731	38.271
Imposto diferido (passivo)	(284)	(170)	(284)	(170)	(566)	(340)	(566)	(340)
Subtotal	100.452	60.271	100.637	60.382	63.003	37.801	63.165	37.931
Ajuste em resultado	10.201	10.201	10.192	10.192	37.074	22.244	37.097	22.225
Créditos tributários constituídos	214.807	183.994	214.904	184.053	357.835	214.701	357.952	214.771
Créditos tributários baixados	(204.567)	(155.655)	(204.673)	(155.718)	(320.668)	(192.401)	(320.668)	(192.490)
Movimentação Imposto Diferido	(39)	(32)	(39)	(32)	(93)	(56)	(93)	(56)
Ajuste em patrimônio líquido (TVM)	21.229	16.927	21.229	16.927	375	226	375	226
Créditos tributários constituídos	118.262	94.288	118.262	94.289	-	-	-	-
Créditos tributários baixados	(97.316)	(77.531)	(97.316)	(77.532)	-	-	-	-
Movimentação do imposto diferido	283	170	283	170	375	226	375	226
Movimentação	31.430	45.234	31.421	45.230	37.449	22.470	37.472	22.451

Saldo em 31 de dezembro

Crédito tributário (ativo)	131.922	105.537	132.098	105.644	100.736	60.441	100.921	60.552
Imposto diferido (passivo)	(40)	(32)	(40)	(32)	(284)	(170)	(284)	(170)
Total	131.882	105.505	132.058	105.612	100.452	60.271	100.637	60.382

c. Expectativa de realização do crédito tributário

Com base em estudo realizado pela Administração, considerando-se a expectativa de geração de resultados tributáveis, a realização do crédito tributário se dará em até 10 anos, assim distribuídos:

Anos	31/12/2020			
	Banco		Consolidado	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
2021	95.466	94.043	95.747	94.322
2022	26.856	24.951	26.856	24.951
2023	13.710	12.017	13.710	12.017
2024	18.398	15.213	18.398	15.213
2025	29.254	22.820	29.255	22.820
2026 a 2030	53.775	39.574	53.776	39.574
Total de créditos tributários	237.459	208.618	237.742	

BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A - BANCOOB E EMPRESAS COLIGADAS
CNPJ: 02.038.232/0001-64
SIG - QD 6 - LOTE 2080 - BRASÍLIA - DF

Composição	Banco								Consolidado				
	31/12/2020		31/12/2019		2º semestre de 2020		2º semestre de 2019		31/12/2020		31/12/2019		
	Imposto de renda	Contribuição social até fevereiro a partir de março *	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	208.755	40.324	168.431	195.467	195.467	106.851	106.851	69.920	69.920	232.988	232.988	211.280	211.280
Resultado de participações em controladas	(71.367)	(6.165)	(65.202)	(41.844)	(41.844)	(37.482)	(37.482)	(17.408)	(17.408)	(35.258)	(35.258)	(24.057)	(24.057)
Participação de empregados nos lucros	(12.929)	(1.481)	(11.448)	(12.749)	(12.749)	(7.988)	(7.988)	(7.430)	(7.430)	(14.781)	(14.781)	(14.272)	(14.272)
Base de cálculo	124.459	32.678	91.781	140.874	140.874	61.381	61.381	45.082	45.082	182.949	182.949	172.951	172.951
Aliquota de tributação	25%	15%	20%	25%	15%	25%	20%	25%	15%	25%	20%/15%/9%	25%	15%/9%
	31.115	4.902	18.356	35.219	21.131	15.345	12.276	11.271	6.762	45.737	30.270	43.238	25.144
Efeito tributário sobre diferenças temporárias													
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	11.006	958	7.528	15.802	9.481	5.180	4.144	8.372	5.023	11.006	8.486	15.802	9.481
Provisões Passivos													
Contingentes	214	28	133	165	99	42	33	183	110	183	135	175	105
Demais provisões	(788)	2.716	(4.252)	21.107	12.664	(22.031)	(17.624)	14.193	8.516	(740)	(1.445)	21.636	12.860
Total	10.432	3.702	3.409	37.074	22.244	(16.809)	(13.447)	22.748	13.649	10.449	7.176	37.613	22.446
Efeito Tributário sobre diferenças permanentes	2.519	79	1.894	1.588	943	1.931	1.543	1.177	536	2.871	2.174	1.923	1.148
Patrocínios incentivados	(1.322)	-	-	(1.989)	-	(1.322)	-	(1.989)	-	(1.658)	-	(2.243)	-
Doações	(529)	-	-	-	-	(529)	-	-	-	(683)	-	-	-
PAT	(1.059)	-	-	(1.774)	-	(12)	-	(1.365)	-	(1.415)	-	(1.989)	-
Prorrogação Licença Maternidade/ Paternidade	(196)	-	-	(212)	-	(91)	-	(61)	-	(236)	-	(259)	-
Total	(3.106)	-	-	(3.975)	-	(1.954)	-	(3.415)	-	(3.992)	-	(4.491)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	40.960	8.683	23.659	69.906	44.318	(1.487)	372	31.781	20.947	55.065	39.620	78.283	48.738
Imposto de renda e contribuição social – exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	9	-
Total	40.960	8.683	23.659	69.906	44.318	(1.487)	372	31.781	20.947	55.067	39.621	78.292	48.738

Nota 11 – Investimentos em participações em coligadas e controladas

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e estão registrados no “Investimentos em participações em coligadas e controladas”. Os ajustes decorrentes da equivalência patrimonial foram incluídos no grupo “Resultado de participações em coligadas e controladas”. Para as demonstrações contábeis consolidadas, os investimentos em empresas controladas são eliminados no processo de consolidação.

Descrição	Data-Base	Capital social real-izado	Patri líquido ajustado	Result-ado no exercício	Partic. %	Quanti-dade de quotas	Resultado de equivalência		Ágio em investimentos		Banco		Consolidado	
							Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
							2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Bancoob														
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários														
Utda. (a)	31/12/2020	2.170	6.249	3.645	99,9994	2.000.000	3.644	3.657	1.613	1.940	-	-	6.249	6.262
Cabal Brasil														
Utda. (b)	31/12/2020	48.509	61.992	13.483	99	48.023.622	11.906	5.951	8.349	3.240	39.799	3.644	101.172	42.451
Ponta Administradora de Consórcios														
Utda. (c)	31/12/2020	6.191	84.555	19.972	99,99	6.191.000	19.970	8.130	15.831	2.264	-	-	84.546	64.576
Bancoob Participações em Seguridade S.A. (d)														
S.A.	31/12/2020	20.000	66.949	35.847	100	20.000.000	35.847	24.106	11.689	9.963	-	-	66.949	51.102
Total							71.367	41.844	37.482	17.407	39.799	3.644	258.916	164.391

- (a) Administradora e gestora de fundos de investimento, cujo patrimônio administrado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 36.950.710 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 25.981.456).
- (b) Operadora de cartões de crédito Mastercard, Visa e Cabal dentro do sistema Sicoob.
- (c) Administradora de Consórcios, opera com consórcios no ramo de veículos licos, pesados, imóveis e serviços, atualmente possui mais 218.989 mil cotas ativas e administra uma carteira de R\$ 16,32 bilhões.
- (d) Bancoob Participações em Seguridade S.A – Bancoob PAR Seguridade, a qual detém participação societária no Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A.

Nota 12 – Imobilizado

	Banco					Consolidado	
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Outros	Total	total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.010	55.092	2.850	12.471	517	73.940	86.684
Aquisição	-	-	2.999	1.362	172	4.533	7.586
Alienação	-	-	(12)	-	(17)	(29)	(70)
Depreciação	-	(3.275)	(609)	(3.491)	(129)	(7.503)	(11.239)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.010	51.817	5.229	10.342	543	70.941	82.961
Custo total	3.010	72.582	10.561	22.831	1.018	110.002	134.924
Depreciação acumulada	-	(20.765)	(5.332)	(12.489)	(475)	(39.061)	(51.963)
Valor residual	3.010	51.817	5.229	10.342	543	70.941	82.961
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.010	51.817	5.229	10.342	543	70.941	82.961
Aquisição	-	-	770	787	57	1.614	2.469
Alienação	-	-	(7)	(2)	(9)	(18)	(46)
Depreciação	-	(3.273)	(809)	(3.654)	(140)	(7.876)	(11.535)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.010	48.544	5.183	7.473	451	64.661	73.849
Custo total	3.010	72.582	11.202	22.790	1.059	110.643	136.332
Depreciação acumulada	-	(24.038)	(6.019)	(15.317)	(608)	(45.982)	(62.483)
Valor residual	3.010	48.544	5.183	7.473	451	64.661	73.849
Taxas anuais de depreciação - %	-	4,70%	10%	20%	10%		

Nota 13 – Intangível

	Banco	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.059	9.294
Aquisição	308	2.425
Depreciação	(667)	(3.076)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.700	8.643
Custo total	9.544	26.935
Depreciação acumulada	(7.844)	(18.292)
Valor residual	1.700	8.643
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.700	8.643
Aquisição	476	3.255
Depreciação	(699)	(3.583)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.477	8.315
Custo total	10.020	30.190
Depreciação acumulada	(8.543)	(21.875)
Valor residual	1.477	8.315
Taxas anuais de depreciação - %	20%	20%

Nota 14 – Depósitos

a. Composição de depósitos

	Banco						Consolidado					
	31/12/2020						31/12/2019		31/12/2020		31/12/2019	
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total	Total	Total	Total	Total
Depósitos à vista	83.247	-	-	-	-	-	83.247	52.354	82.838	51.376		
Depósitos de poupança	9.902.359	-	-	-	-	-	9.902.359	6.507.726	9.902.359	6.507.726		
Depósitos interfinanceiros	-	5.856.665	3.938.346	5.353.662	20.307.208	5.647.290	41.103.171	26.068.210	41.103.171	26.068.210		
Depósitos interfinanceiros rurais	-	-	10.293	179.969	3.088.048	252.343	3.530.653	4.605.915	3.530.653	4.605.915		
Depósitos a prazo	-	7.037	39.858	25.843	59.999	787.810	920.547	648.019	589.677	503.803		
Total	9.985.606	5.863.702	3.988.497	5.559.474	23.455.255	6.687.443	55.539.977	37.882.224	55.208.698	37.737.030		
Circulante							48.852.534	34.724.751	48.839.376	34.718.335		
Não Circulante							6.687.443	3.157.473	6.369.322	3.018.695		

b. Despesas com operações de captações no mercado

	Banco		2º Semestre		2º Semestre		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Depósitos de poupança	157.873	230.793	67.087	116.798	157.873	230.793		
Depósitos interfinanceiros	1.056.345	1.743.161	460.563	826.365	1.056.345	1.743.161		
Depósitos a prazo	19.231	36.395	7.675	17.707	14.731	28.533		
Captação no mercado aberto	106.639	184.797	49.055	97.363	106.639	184.797		
Outras despesas de captação	14.606	21.314	7.744	10.513	14.606	21.314		
Total	1.354.694	2.216.460	592.124	1.068.746	1.350.194	2.208.598		

Nota 15 – Obrigações por operações compromissadas

	Banco e Consolidado						
	2020						2019
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total
Própria	3.310.104	3.385.483	-	83.435	-	6.779.022	3.940.599
Total	3.310.104	3.385.483	-	83.435	-	6.779.022	3.940.599
Circulante						6.779.022	3.940.599
Não Circulante						-	-

Nota 16 – Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias, debêntures e similares

	Banco e Consolidado						
	2020						2019
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total
LCA-Pós	1.561	11.822	138	9.492	19.214	42.227	111.639
LFG-LTEL	-	-	10.149	-	-	10.149	-
Total	1.561						

Nota 18 – Instrumentos financeiros derivativos

	Banco e Consolidado		
	2020		2019
	Sem vencimento	Total	Total
Futuro - CPR	-	-	82
Futuro – Câmbio	1	1	4
Total	1	1	86
Circulante		1	86
Não Circulante		-	-

Nota 19 – Provisões

a. Provisões para contingências

As ações judiciais e administrativas fiscais nas quais o Bancoob é parte são classificadas pelos advogados externos e internos. A opinião jurídica leva em conta a natureza jurídica da causa, sua especificidade e também a jurisprudência dos tribunais superiores.

O reconhecimento e a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais passivas obedecem a Resolução CMN nº 3.823/09, conforme resumimos a seguir:

A provisão é reconhecida somente quando: (a) o Bancoob tem uma obrigação legal ou não formalizada, presente, como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não é reconhecida.

Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, o Bancoob reconhece uma provisão e, quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a Instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

A Administração do Bancoob entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

Obrigações legais classificadas como “risco de perda provável”

As obrigações legais classificadas como risco de perda provável e que puderam ter os valores estimados com suficiente segurança, são provisionadas e estão apresentadas por natureza no quadro a seguir, com as respectivas movimentações ocorridas no período. Os depósitos judiciais estão registrados em “Outros ativos – Outros”.

Provisões constituídas

Composição dos saldos patrimoniais

	Banco				Consolidado			
	2020		2019		2020		2019	
	Depósitos judiciais	Provisões						
Fiscais	5.059	-	3.507	-	5.141	2	3.507	2
Trabalhistas	800	2.536	1.036	2.614	800	2.536	1.036	2.733
Cíveis	8.841	12.134	8.871	11.201	8.907	12.441	8.964	11.359
Total	14.700	14.670	13.414	13.815	14.848	14.979	13.507	14.094

Movimentação das provisões para causas judiciais

	Banco				Consolidado			
	2020		2019		2020		2019	
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total	Total	Total	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.614	11.201	13.815	13.154	14.094	13.404	13.851	13.404
Constituição no exercício	807	3.156	3.963	2.763	4.739	2.851		
Utilização no exercício	(243)	(526)	(769)	(1.353)	(1.318)	(1.403)		
Reversões no exercício	(642)	(1.697)	(2.339)	(749)	(2.536)	(758)		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.536	12.134	14.670	13.815	14.979	14.094		

A provisão para riscos fiscais está registrada em Outras Obrigações – fiscais e previdenciárias (Nota 22b) e as provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão registradas em Outras Obrigações – diversas (Nota 19).

Natureza das ações classificadas como “risco de perda provável”

- i. **Trabalhistas** – Referem-se, basicamente, a jornada extraordinária além da 6ª hora.
- ii. **Cíveis** – Referem-se, basicamente, a cláusulas contratuais, inscrição em cadastro de proteção ao crédito e danos morais.

Cronograma esperado de saídas de benefícios econômicos

Em virtude da natureza das contingências existentes e a complexidade do ambiente jurídico do Brasil, há incertezas que não permitem uma definição razoável do cronograma de liquidação futura das ações.

Contingências classificadas como “risco de perda possível”

As ações classificadas como risco de perda possível não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas, quando o valor envolvido for relevante. Nesta classificação estão as seguintes contingências: (i) ações cíveis que discutam a solidariedade do Bancoob quanto a depósitos feitos em cooperativas; (ii) ação cível que discute a responsabilidade indenizatória do Bancoob por erro cometido por cooperativa; (iii) ações cíveis que discutem danos materiais e morais referentes aos produtos do Bancoob; (iv) ações de natureza trabalhista; (v) ações administrativas fiscais previdenciárias (FAP, Bolsa de Estudos e PIS); (vi) ação anulatória de lançamento fiscal ajuizada pelo Banco. O auto de infração que se pretende desconstituir através da ação anulatória, refere-se ao valor deduzido pelo BANCOOB em 2008 na base de cálculo de tributos. A dedução decorreu da natureza indenizatória, referida pelo Bancoob, conforme deliberação da AGE, em decorrência de falha na prestação de serviço de responsabilidade do Banco.

Saldo dos passivos contingentes classificados como “risco de perda possível”

	Banco		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Trabalhistas	21.423	17.012	22.026	17.219
Fiscais/Previdenciárias	164.195	160.912	164.195	160.912
Cíveis	202.647	153.663	212.232	160.735
Total	388.265	331.587	398.453	338.866

b. Provisões para garantias prestadas

	Banco e Consolidado			
	Exercícios		2º Semestre	
	2020	2019	2020	2019
Saldo no início do período	250	208	87	328
Constituição (reversão)	(55)	42	108	(78)
Saldo no final do período	195	250	195	250

Provisão para garantias prestadas, sujeita aos mesmos critérios mínimos estabelecidos pela Resolução 2.682/99. No exercício de 2020, houve reversão de R\$ 55 (R\$ 78 em 31/12/2019).

Nota 20 – Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social é composto atualmente por 1.003.744.529 (31/12/2019 – 943.870.276) ações, sendo 504.626.590 ações ordinárias (31/12/2019 – 474.525.166) e 499.117.939 ações preferenciais (31/12/2019 – 469.345.110),

todas sem valor nominal.

b. Reserva de capital

O saldo de R\$ 51 (2019 - R\$ 51) refere-se ao ganho na alienação de ações em tesouraria.

c. Reserva de lucros

O estatuto do Bancoob destina 5% do lucro líquido ajustado do período à formação de reserva de lucros. Foram destinados R\$ 8.052 (R\$ 6.398 em 31/12/2019).

Foi constituída a Reserva de Lucros – Outras, no valor de R\$ 145.331 (R\$ 115.485 em 31/12/2019), a ser destinada na próxima assembleia. Também foi constituído dividendos obrigatórios não distribuídos, no valor de R\$ 7.149, os quais serão destinados quando autorizado.

d. Dividendos

O estatuto do Bancoob assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 5% do lucro líquido ajustado do exercício. Foram deliberados dividendos no montante de R\$ 7.649, equivalentes a R\$ 7,62 por lote de mil ações (31/12/2019 - R\$ 6.078, equivalentes a R\$ 6,43 por lote de mil ações).

e. Ajuste a valor de mercado

Está representado pelos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda conforme requerido pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, líquidos dos efeitos tributários de imposto de renda e contribuição social. (Nota 8).

Nota 21 – Limites operacionais - acordo de Basileia

O patrimônio líquido do Conglomerado Prudencial Bancoob apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos. O índice de Basileia em 2020 é de 13,47% (31/12/2019 – 16,61%).

Nota 22 – Outros desdobramentos das demonstrações contábeis

a. Outros ativos

a1. Transações de pagamento

	Banco		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Transações de pagamento - Adquirência	3.739.775	3.439.504	3.779.596	3.478.820
Valores a receber relativos a transações de pagamento - Cartão	5.736.586	4.357.757	5.736.586	4.357.757
Total	9.476.361	7.797.261	9.516.182	7.836.577
Circulante	9.461.749	5.244.070	9.501.570	5.283.386
Não Circulante	14.612	2.553.191	14.612	2.553.191

a2. Carteira de câmbio

	Banco		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Câmbio comprado	187	8.060	187	8.060
Total	187	8.060	187	8.060
Circulante	187	8.060	187	8.060
Não Circulante	-	-	-	-

a3. Outros

	Banco		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cheques e outros papéis remetidos	8	297	8	297
Recebimento doc. enviados p/ outros participantes sistemas	-	-	-	-
Impostos e contribuições a compensar	121.133	100.021	143.959	115.278
Pagamentos a ressarcir	148.484	111.714	149.102	111.714
Títulos e créditos a receber	21.618	22.307	21.435	23.362
Devedores diversos – País	62.484	52.994	63.004	53.448
Despesas antecipadas	64.660	64.266	66.286	65.855
Outros	26.388	25.684	31.773	26.576
Total	444.775	377.283	475.567	396.530
Circulante	390.373	314.280	420.415	332.909
Não Circulante	54.402	63.003	55.152	63.621

a4. Provisão para outros ativos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para valores a receber relativo à transações de pagamento	71.442	51.967	71.442	51.967
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	663	1.774	663	1.774
Total	72.105	53.741	72.105	53.741
Circulante	71.249	51.945	71.249	51.945
Não Circulante	856	1.796	856	1.796

b. Outros passivos

b1. Transações de Pagamentos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Conta de pagamento pré-paga	-	-	41.040	29.606
Transações de pagamento	4.804.890	3.589.860	4.804.903	3.589.886
Obrigações por transações de pagamentos	2.535.306	2.417.074	2.589.779	2.469.402
Obrigações por serviços de instituidores de arranjo	1.675	1.029	1.675	1.029
Total	7.341.871	6.007.963	7.437.397	6.089.923
Circulante	7.341.871	6.007.963	7.437.397	6.089.923
Não Circulante	-	-	-	-

b2. Fiscais e previdenciárias

	Nota	Banco		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para imposto de renda		40.960	69.906	55.064	78.274
Provisão para contribuição social		32.342	44.318	39.620	48.732
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros		5.432	4.215	5.996	4.758
Impostos e contribuições sobre salários		4.655	4.931	6.650	7.026
Outros impostos		16.778	16.516	21.485	20.527
Total		100.167	139.886	128.815	159.317
Circulante		99.638	139.357	128.286	158.788
Não Circulante		529	529	529	529

b3. Carteira de câmbio

	Nota	Banco		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por compra de câmbio		187	8.070	187	8.070
Total		187	8.070	187	8.070
Circulante		187	8.070	187	8.070
Não Circulante		-	-	-	-

	Banco		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Relações interdependências	16.331	21.560	16.331	21.560
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	11.495	12.237	11.495	12.237
Obrigações por recursos de concorciados grupos encerrados	-	-	18.787	9.595
Obrigações por convênios oficiais	30.422	30.395	30.422	30.394
Despesas de pessoal	12.944	12.437	20.561	19.478
Despesas administrativas	117.702	91.183	105.953	90.339
Cartão de Crédito	167.990	249.535	167.991	249.535
Despesas Sobre operações de crédito	152.214	94.727	152.214	94.727
Adquirência	75.562	99.565	75.562	99.565
Outros	38.222	33.547	223.019	70.341
Total	622.882	645.186	822.335	697.771
Circulante	621.249	643.635	819.854	695.999
Não Circulante	1.633	1.551	2.481	1.772

c. Resultado de câmbio

	Banco e Consolidado			
	Exercícios		2º Semestre	
	2020	2019	2020	2019
Rendas de câmbio	9.140	3.067	1.491	1.723
Despesas de câmbio	98	444	68	54
Total	9.042	2.623	1.423	1.669

d. Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

	Banco				Consolidado	
	Exercícios		2º Semestre		Exercícios	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Convênio Sicoob	8.866	13.349	4.737	4.886	8.866	13.349
Rendas de serviços bancários (a)	21.302	27.866	10.607	11.724	21.302	27.866
Rendas de serviços prestados de fundos	2.814	2.356	1.326	1.436	2.814	2.356
Rendas de administração de fundos	-	-	-	-	12.833	12.455
Rendas de administração de Consórcio	-	-	-	-	215.807	165.557
Rendas de serviços com cartão de crédito (b)	539.359	509.632	279.226	268.306	550.910	517.623
Rendas por Antecipações de Obrigações de transações de Pagamento	249.680	366.141	123.238	182.230	249.771	366.218
Rendas de recebimento de concessionárias (c)	91.827	71.450	49.081	36.529	91.827	71.450
Rendas de tarifas bancárias	54	61	23	29	54	61
Rendas com Serviços de Adquirência	4.987	2.763	3.033	1.626	4.987	2.763
Outras receitas diversas	57.470	65.581	32.420	25.917	84.347	91.655
Total	976.359	1.059.199	503.691	532.683	1.243.518	1.271.353

(a) Refere-se à prestação de serviços ao Sicoob não relacionados a tarifas bancárias.

(b) Refere-se, dentre outros, aos serviços de intercâmbio, saques, cheque eletrônico, anuidade, etc., de cartões e serviços de administração de cartões de crédito.

(c) Refere-se às tarifas sobre serviços de arrecadação de concessionárias públicas.

e. Composição de outras receitas operacionais

	Banco				Consolidado	
	Exercícios		2º Semestre		Exercícios	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Recuperação de encargos e despesas	8.551	9.232	5.334	4.263	8.551	9.232
Receitas de cartões de crédito (a)	74.800	65.610	27.409	35.858	75.580	66.233
Adquirência	246.239	266.603	134.502	134.249	246.239	266.603
Outras	1.329	1.576	579	819	9.586	6.220
Total	330.919	343.021	167.824	175.189	339.956	348.288

(a) A fim de compor o total de receita com cartão de crédito, considerar também, a nota 22d.

f. Despesas de pessoal

	Banco				Consolidado	
	Exercícios		2º Semestre		Exercícios	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Honorários pagos a diretores e conselheiros	10.748	8.654	5.604	4.460	15.151	13.415
Proventos (a)	74.059	68.608	38.303	35.955	110.440	98.981
Encargos sociais (b)	34.162	29.835	17.953	15.561	48.905	42.188
Benefícios (c)	22.787	20.793	11.704	10.997	42.858	36.996
Treintamentos	1.500	4.256	464	2.432	1.797	5.120
Remuneração a estagiários	730	762	352	390	1.578	1.611
Total	143.986	132.908	74.380	69.795	220.729	198.311

(a) Refere-se, principalmente, a salários, horas extras e provisões para 13º salário e férias.

(b) Refere-se, principalmente, a provisões de INSS e FGTS de funcionários.

(c) Refere-se, principalmente, a benefícios de assistência médica, vale-transporte e vales-refeições pagos a funcionários.

g. Despesas administrativas

	Banco				Consolidado	
	Exercícios		2º Semestre		Exercícios	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Despesas de água, energia, gás, manutenção e conservação	506	212	318	136	1.640	1.453
Despesas de comunicação	27.078	30.418	11.416	15.881	40.599	39.459
Despesas de material	323	610	49	292	1.334	1.560
Despesas de processamento de dados	45.279	53.069	22.818	24.631	36.313	52.523
Despesas com propaganda e publicidade	79.361	65.411	48.052	41.382	83.005	71.847
Despesas com serviços do sistema financeiro	35.226	36.938	18.595	19.392	36.114	37.828
Despesas de serviços de terceiros	31.445	32.637	16.731	17.927	188.695	42.607
Despesas de serviços técnicos especializados	27.783	19.535	17.504	9.908	23.547	15.095
Despesas de depreciação e amortização	8.577	8.170	4.314	4.159	15.121	14.354
Despesas com viagens	1.174	5.335	26	2.453	1.246	5.596
Outras despesas administrativas	12.874	13.366	8.003	8.587	16.955	18.066
Total	269.626	265.701	147.826	144.748	444.569	300.388

h. Composição de outras despesas operacionais

	Banco				Consolidado	
	Exercícios		2º Semestre		Exercícios	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Contingências	1.838	2.166	970	1.187	2.407	2.240
Despesas serviços associados à transações de pagamento	414.642	414.487	199.750	212.903	350.618	386.257
Comissão sobre operações de crédito	407.009	273.188	226.347	163.825	407.009	273.188
Adquirência	382.504	468.274	196.496	236.843	382.504	468.274
Outras despesas operacionais	84.005	66.587	47.255	36.652	85.219	161.794
Total	1.289.998	1.224.702	670.818	651.410	1.227.757	1.291.753

i. Resultado não operacional

	Banco				Consolidado	
	Exercícios		2º Semestre		Exercícios	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Receita não operacional	8.657	61	1.578	61	8.658	69
Despesa não operacional	18	29	-	-	41	31
Amortização ágio Cabal Brasil Ltda	4.763	2.157	3.473	1.174	4.763	2.157
Total	3.876	(2.125)	(1.895)	(1.113)	3.854	(2.119)

j. Resultados recorrentes e não recorrentes

Não houve qualquer resultado não recorrente no período.

Nota 23 – Transações com partes relacionadas

a. Sistema Sicoob

O Bancoob foi criado, conforme descrito no contexto operacional (Nota 1), para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. Demonstramos abaixo as operações do Banco com o sistema Sicoob:

	Nota	31/12/2020		31/12/2019	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações de crédito e repasses interfinanceiros		12.908.840	30.326.834	9.586.724	26.164.436
Valores a receber		12.856.702	4.090.337	9.530.392	3.155.650
Despesas antecipadas – Comissão		4.365	951.507	4.337	1.006.748
		47.773		51.995	
Total		12.908.840	30.326.834	9.586.724	26.164.436
Depósitos		41.385.172	41.385.172	26.164.436	26.164.436
Operações compromissadas		4.090.337	4.090.337	3.155.650	3.155.650
Valores a pagar		951.507	951.507	1.006.748	1.006.748
Total		46.427.017	46.427.017	30.326.834	30.326.834
Receitas		963.111	963.111	977.579	977.579
Operações de crédito e repasses interfinanceiros		640.463	640.463	664.463	664.463
Outras receitas		322.648	322.648	313.116	313.116
Total		1.762.888	1.762.888	2.444.154	2.444.154
Despesas		1.762.888	1.762.888	2.444.154	2.444.154
Captação		1.015.336	1.015.336	1.758.149	1.758.149
Outras despesas		747.552	747.552	686.005	686.005

b. Subsidiárias

	Bancoob DTVM		Bancoob PAR		Cabal		Consórcio Ponta	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	Ativo	57	27	-	-	-	107	125
Valores a receber	57	27	-	-	-	107	125	111
Passivo	6.516	2.164	541	558	249.113	77.015	95.003	74.826
Depósitos à vista	2	3	30	1	373	964	5	10
Depósitos a prazo	6.514	2.161	511	557	228.847	66.682	94.998	74.816
Valores a pagar	-	-	-	-	19.893	9.369	-	-
Total	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas	184	193	14	173	101.938	80.163	2.280	4.384
Despesas de captação	184	193	14	173	2.023	3.113	2.280	4.384
Despesas administrativas	-	-	-	-	99.915	77.050	-	-
Receitas	-	-	-	-	14	14	1.273	1.114
Receitas diversas	-	-	-	-	14	14	1.273	1.114

c. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. Nas assembleias gerais de acionistas, realizadas anualmente, é estabelecida a remuneração máxima agregada para o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A remuneração paga aos diretores e conselheiros está demonstrada a seguir:

	Banco				Consolidado	
	2º Semestre		31/12/2020		31/12/2019	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Honorários	4.834	9.109	7.148	12.216	10.272	10.272
Benefícios	1.256	2.746	2.311	4.096	3.579	3.579
Encargos	1.188	2.300	1.803	3.072	2.468	2.468
Total	7.278	14.155	11.262	19.384	16.319	16.319

Nota 24 – Outras informações

a. Acordos de compensação entre ativos e passivos com mesma instituição financeira

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 3.263/05, o Bancoob possui aplicações em instituições financeiras em que se permite a compensação com captações da mesma titularidade. Os valores a receber e a pagar estão demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo.

Os montantes sujeitos à compensação estão resumidos a seguir:

Descrição	Banco			Consolidado		
	31/12/2020		Valor líquido	31/12/2019		Valor líquido
	Valor a receber	Valor a pagar		Valor a receber	Valor a pagar	
Depósito a prazo/CDI	1.862.333	810.893	1.051.440	1.073.858	882.023	191.835
Total						

Covid-19, que acompanham permanentemente os efeitos da crise e impactos nas operações, orientando a atuação das instituições do sistema quanto a aspectos estratégicos, operacionais, prudenciais e negociais, entre outros, além das ações de entidades reguladoras e governamentais, para promoção da segurança das pessoas e das organizações.

Entre as ações adotadas destacam-se:

- Criação de Comitê de Crise do Sicoob e Grupo de Crise para tratar do assunto de forma efetiva, garantindo unicidade e tempestividade na disseminação de informações para os públicos interno e externo.
- Priorização do trabalho remoto (home office).
- Constante orientação aos funcionários, específicas para o trabalho remoto, a condução das operações e o atendimento aos cooperados.
- Suspensão de todas as viagens.
- Substituição de reuniões físicas por videoconferências.
- Reforço da higienização dos ambientes e espaços.
- Manutenção dos serviços bancários essenciais à população.
- Estímulo ao uso de ferramentas e canais digitais para serviços e relacionamento pela internet ou celular.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O Bancoob, vem acompanhando e atuando de maneira preventiva na avaliação da qualidade de toda a sua carteira de crédito e realizando, sempre que necessário, ações para reforço de suas provisões, principalmente para Associados de setores econômicos mais afetados pela crise econômica decorrente da pandemia provocada pelo COVID-19. Durante o ano de 2020 foram realizados, seguindo as melhores práticas, uma série de estudos visando antecipar, orientar e minimizar os impactos econômicos nas diversas carteiras devido ao COVID-19.

Outros efeitos identificados/esperados

Foram adotadas medidas governamentais e regulatórias no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, que proporcionaram apoio aos negócios minimizando os impactos da pandemia:

- Postergação de recolhimento de tributos, conforme Portaria nº 139/2020 do Ministério da Economia.
- Mudanças na taxa – IOF (Decreto n.º 10.414 - Zera a alíquota do IOF para as operações de crédito que especifica, quando contratadas entre 3/4/2020 e 2/10/2020).
- Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese) oferece financiamento emergencial de folha de pagamento de pequenas e médias empresas - Resolução CMN nº 4.800/2020.
- Empréstimo com lastro em letras financeiras garantidas por operações de crédito.

Resumo do relatório do Comitê de Auditoria

Introdução

1. Comitê de Auditoria é órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração, manifestando-se sobre as demonstrações contábeis e a efetividade do sistema de controles internos, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e externa.
2. Além do Banco Cooperativo do Brasil S/A – Bancoob, nos termos estatutários e regimentais, o Comitê de Auditoria atua nas seguintes empresas que compõem o Conglomerado Bancoob: Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Bancoob DTVM, Ponta Administradora de Consórcios Ltda. e Cabal Brasil Ltda.
3. A administração do Bancoob e as administrações das empresas que integram o Conglomerado são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.
4. A Auditoria Interna realiza, de forma independente, trabalhos periódicos em todas as empresas do Conglomerado, de avaliação das ações de gerenciamento de riscos e da adequação e efetividade dos controles internos.
5. A PricewaterhouseCoopers (PwC) é a empresa de auditoria externa contratada para prestar serviços de auditoria das demonstrações contábeis do Bancoob e das empresas que integram o Conglomerado. Cabe à Auditoria Externa:
 - a) opinar sobre a adequação das demonstrações contábeis em relação à posição financeira e patrimonial, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e
 - b) avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos, em conexão com os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, inclusive o sistema de gerenciamento de riscos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Atividades

6. O Comitê de Auditoria, no cumprimento das exigências legais e regulamentares:
 - a) promoveu, no 2º semestre de 2020, 5 reuniões ordinárias;
 - b) atuou com independência, sempre fundamentado pelas informações recebidas da administração, dos auditores externos, dos auditores internos, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e controles internos e do Comitê de Riscos, e, ainda, pelas suas próprias convicções decorrentes de observação direta;
 - c) acompanhou o processo de preparação das demonstrações contábeis; avaliou os aspectos relevantes, a abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas; examinou as práticas contábeis adotadas, os procedimentos utilizados para constituição de provisões e conheceu o teor do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas;
 - d) promoveu reuniões com a Diretoria, o Conselho de Administração e o Comitê de Riscos e, nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos à instância competente;
 - e) acompanhou e avaliou os trabalhos de: Auditoria Interna; Auditoria Externa realizada pela empresa PricewaterhouseCoopers; gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental, imagem, conformidade, cibernético e estratégia; continuação de negócios, prevenção à lavagem de dinheiro, declaração de apetite por riscos (RAS) e programa de testes de estresse (PTE); e
 - f) apresentou recomendações à administração, as quais constam das atas das reuniões, todas arquivadas e disponíveis para os órgãos de administração.

Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

7. Em reuniões realizadas com as áreas responsáveis e por meio da análise das informações e documentos solicitados e disponibilizados pela administração, o Comitê de Auditoria avaliou aspectos relativos ao sistema de controles internos e gerenciamento de riscos do Conglomerado, não tendo sido identificadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a organização.
8. No 2º semestre de 2020 não ocorreram comunicações sobre erros, fraudes ou descumprimento de dispositivos legais ou normativos, por meio dos canais de comunicação disponibilizados aos funcionários. Destaque, neste período, para o monitoramento das providências adotadas pela administração e verificação das simulações de impactos em cenário de estresse da crise da Covid-19 nos riscos de crédito, liquidez e capital das instituições do Sicoob.
9. O Comitê de Auditoria considera que o sistema de controles internos e os processos relacionados ao gerenciamento de riscos são adequados ao porte e à complexidade do Bancoob e das empresas integrantes do Conglomerado, havendo esforço contínuo da administração para aprimorar os sistemas, processos e procedimentos.

Auditoria Externa

10. Os auditores externos contratados – PricewaterhouseCoopers – PwC – apresentaram, nas reuniões mensais do Comitê de Auditoria, o resultado de seus trabalhos e aspectos contábeis relevantes, não tendo sido identificadas situações que possam afetar a objetividade e independência da auditoria.
11. O Comitê de Auditoria considera satisfatórios os trabalhos realizados pela Auditoria Externa, que corroboram a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações contábeis consolidadas de 31/12/2020.

Auditoria Interna

12. Em conformidade com o planejamento anual aprovado pelo Conselho de Administração, a Auditoria Interna apresentou, nas reuniões mensais do Comitê de Auditoria, o resultado dos trabalhos realizados, não tendo sido identificados riscos residuais que possam afetar a solidez e continuidade do Bancoob e das empresas integrantes do Conglomerado.
13. O Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

Demonstrações Contábeis

14. Foram analisados os procedimentos de preparação dos balancetes e balanços, individuais e consolidados, das notas explicativas e dos relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.
15. O Comitê de Auditoria conclui que as demonstrações contábeis consolidadas de 31/12/2020 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares e de acordo com as práticas adotadas no País, refletindo, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Conglomerado Bancoob naquela data.

Brasília, 4 de fevereiro de 2021.

Rubens Rodrigues Filho
Coordenador

Marcos Vinícius Viana Borges

Rafael Alves Horta

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(h), 9 e 24 (f))</p> <p>A estimativa das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve julgamento por parte da Administração.</p> <p>As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são constituídas levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN nº 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto.</p> <p>Adicionalmente, a Administração efetuou o monitoramento dos impactos da Covid-19 que podem afetar as operações e os resultados.</p> <p>Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria.</p>	<p>Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: (i) aprovação da política de crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito e operações negociadas; (iv) atribuição de rating considerando o risco do valor recuperável das operações; (v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas.</p> <p>Efetuamos testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para cálculo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos ratings atribuídos, as premissas adotadas, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.</p> <p>Realizamos o entendimento dos procedimentos adotados pela administração para o monitoramento dos impactos da Covid-19 que podem afetar as operações e os resultados.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.</p>
<p>Provisões para passivos contingentes (Notas 3(q) e 19)</p> <p>O Bancoob e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista, cível, decorrente do curso normal de suas atividades.</p> <p>Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.</p> <p>A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações contábeis, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização de nosso entendimento e testes relacionados a identificação e constituição de passivos contingentes e as divulgações em notas explicativas.</p> <p>Adicionalmente, efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no semestre, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.</p>

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Ambiente de tecnologia da informação O Bancoob tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas. Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associado aos processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.	Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto a efetividade operacional dos controles internos relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles sobre processos-chaves relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio da Instituição. Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionam uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 23 de fevereiro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

Composição dos órgãos da Administração do Bancoob

Conselho de Administração

Miguel Ferreira de Oliveira – Presidente
Rui Schneider da Silva – Vice-Presidente
Aifa Naomi Uehara de Paula
Bento Venturim
Clidenor Gomes Filho
Felipe Magalhães Bastos
Geraldo Souza Ribeiro Filho
Hudson Tabajara Camilli
Ivan Capra
Ivo Azevedo de Brito
José Evaldo Campos
Luiz Antônio Ferreira de Araújo
Luiz Gonzaga Viana Lage
Marcelo Baiocchi Carneiro
Marcelo Martins
Wilson Geraldo Cavina

Diretoria

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu - Diretor-presidente
Antônio Cândido Vilaça Junior - Diretor
Ênio Meinen - Diretor
Francisco Silvio Reposse Junior - Diretor
Marcos Vinicius Viana Borges - Diretor
Rubens Rodrigues Filho - Diretor

Contador

Primo João Cracco
CRC-SP 149.703/O-2